

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE MATEMÁTICA  
FERNANDO AUGUSTO BRAUN PEIXOTO**

**MEMÓRIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA:  
ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS**

**PORTO ALEGRE**

**2014**

**FERNANDO AUGUSTO BRAUN PEIXOTO**

**MEMÓRIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA:  
ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS**

Trabalho apresentado junto ao curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Matemática.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabete Zardo Búrigo.

**Porto Alegre**

**2014**

**FERNANDO AUGUSTO BRAUN PEIXOTO**

**MEMÓRIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA:  
ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS.**

Trabalho apresentado junto ao curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Matemática.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabete Zardo Búrigo.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreia Dalcin

Faculdade de Educação - UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabete Zardo Búrigo

Instituto de Matemática – UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Wanderer

Faculdade de Educação - UFRGS

Porto Alegre, Junho de 2014.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de, em primeiro lugar, agradecer a Deus pela vida, pela saúde, pela segurança, pela fartura e por todos os quais agradecerei a seguir. Agradeço também as oportunidades em minha vida, aos sonhos realizados e de iluminar meu caminho em busca desse grande sonho: ser professor de matemática.

Agradeço à minha família, principalmente a minha base, à minha vó Olga, ao meu Vô Bruno e a minha tia Fátima, que na medida do possível, nunca deixaram faltar nada e por terem apostado todas as suas fichas em mim, sempre acreditaram nos meus sonhos. À minha mãe, que apesar de, também, ter vindo correr atrás de seus sonhos, me recebeu de braços abertos em sua casa e, como toda a minha família, permitiu que eu voasse mais alto.

Às minhas tias, madrinhas Leane e Solange e ao meu Padrinho Mauro que, sempre acreditaram nos meus objetivos e me deram a maior força nessa caminhada. Aos primos Carine e Ricardo que, como todos, não mediram esforços quando precisei de ajuda.

Agradeço, em especial, a quatro professores da nossa universidade que com certeza fizeram diferença, não só na carreira acadêmica, mas na minha vida.

À minha primeira professora, lá da disciplina de Geometria I, hoje minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabete Zardo Búrigo. Uma das profissionais em que me inspiro todo dia, por ser correta, clara e principalmente por ter aprendido muito com ela. Gostaria de agradecer a sua paciência e seus puxões de orelha durante essa caminhada que está completando um ano.

Ao Prof. Dr. Vilmar Trevisan pelo carinho, por ter acompanhado minha trajetória dentro da universidade desde a minha matrícula mas, principalmente, por ter aberto meus olhos quando nada mais poderia deixar eu ver. Convenceu-me a continuar correndo atrás dos meus sonhos e hoje, cheguei aqui também pelos puxões de orelha dele.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreia Dalcin, que me motivou a seguir na disciplina de Estágio em Educação Matemática I e proporcionou o primeiro contato com a produção acadêmica, o que foi muito importante pois, se não fosse sua dedicação e persistência como professora, não teria seguido esse caminho na pesquisa.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Wanderer, por ter sido maravilhosa como minha professora nas demais disciplinas de Estágio. Não me esquecerei dos prazerosos dias em que tínhamos orientação, sem falar daqueles dias em que ela me observou na escola junto às turmas. Sem dúvidas contribuíram muito para eu (re) afirmar minha docência.

Aos professores José Álvaro Thomas e Vidalêncio Camargo, às professoras Jandira Santos e Helena Peixoto que contribuíram com suas entrevistas. À Prof. Odete Kleinübing por toda a ajuda no decorrer da pesquisa. Ao Prof. Marcus Basso que sempre me deu apoio.

Gostaria de agradecer aos meus amigos, João Miguel, Paula, Darlene e Adrieli que são amizades que sempre cultivei depois da minha vinda a Porto Alegre. Da faculdade a Éllen, o Giba, a Pati, o Bruninho e a Grazi, que foram as minhas primeiras grandes amizades que fiz ainda no primeiro semestre da faculdade. A Nati, que considero uma irmã mais velha que eu posso incomodar sempre que ela não vai ficar braba e pelas incansáveis madrugadas escrevendo o TCC juntos, pelos muitos RU's quase fechando, pelos Xirús com a Manu, pela parceria de sempre e por estar do meu lado ao longo desses quatro anos e meio. Não poderia deixar de citar, em especial, a Cissa, a Isaura, o Thayner e o Giba, que são pessoas que me conhecem inteiramente e nunca mediram esforços para me ajudar, me motivar e me acompanhar. Aos meus dois grandes e verdadeiros amigos da casa de Estudante: Agnaldo e Andreza, que desde a minha chegada à casa e em suas vidas, sempre me trataram como irmão assim como a Pati Romeu, que foi uma herança das boas que os últimos dois anos me deram. À Cássia, o Chico e à Paola que estarão sempre no meu coração.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram com essa caminhada, e gostaria de dedicar essa grande vitória, a primeira de muitas, a todos vocês. Gostaria que soubessem que quero levar todos no meu coração por toda a minha vida.

Dedico o meu trabalho às minhas mães Olga, Fátima e Fabiane Braun.

## RESUMO

O presente trabalho consiste em uma investigação sobre o ensino de Matemática em uma Escola Primária Rural, do município de São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul – Escola Rural de Santa Inês – a partir de narrativas de antigos professores, cruzadas com os programas de ensino vigentes na época em que atuaram (década de 1960 e início da década de 1970). Em um primeiro momento, abordamos, sob um ponto de vista histórico, o Ensino Primário, as Escolas Rurais, os Clubes Agrícolas e as Escolas Normais Rurais. Depois, contextualizamos o campo de pesquisa, trazendo dados da cidade, do distrito de Santa Inês e da Escola. Após apontamentos sobre a metodologia de pesquisa, passamos a nos concentrar nas memórias que esses professores trouxeram nas suas entrevistas. Fazendo uma breve biografia de cada personagem dessa história, começamos a nos questionar dos porquês que os levaram a tal escolha: lecionar. Buscamos confrontar os programas mínimos adotados pelas Escolas Primárias do Estado, e o Plano de Educação Rural, baixado pelo Decreto Estadual nº 4850 de 1954, com os depoimentos colhidos durante a pesquisa, a fim de saber o que devia ser ensinado e o que era ensinado nessa escola, sem deixar de observar as discrepâncias encontradas durante esse entrelaçamento. Por fim, trazemos os resultados encontrados com a pesquisa e, como apêndices, as entrevistas e os termos de consentimento autorizando o uso das fontes orais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Primário, Escola Primária Rural, História do Ensino de Matemática no Rio Grande do Sul, História Oral, Legislação Rio-Grandense.

## ABSTRACT

The present work is an investigation of the mathematics teaching in a Rural Primary School in São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul – Escola Rural de Santa Inês – based on narratives of former teachers crossed with the teaching programs prevailing at that time when they acted in (1960s and early 1970s). At first, we discuss, from a historical point of view, the Primary School, the Rural Schools, Agricultural Clubs and Rural Teachers' Education Schools. Then we contextualize the research field, bringing data about the city, the district of Santa Ines and the School. After notes on research methodology, we began to focus on the memories that these teachers brought in their interviews. Presenting a brief biography of each character in this story, we begin to question the whys of what led them to the choice of teaching. Following, we seek to confront the minimum programs adopted by the State Primary Schools, and the Plan of Rural Education, set by State Decree 4850, 1954, with the teachers' interviews in order to know what should be taught and what was taught in these school, while observing the discrepancies found during this entanglement. Finally, we present the results of the research and as attachments the interviews and consent forms authorizing the use of all oral sources.

**KEYWORDS:** Primary Education, Rural Primary School, History of Mathematics Educations in Rio Grande do Sul, Oral History, Legislation of the State of Rio Grande do Sul.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Capa do livro Fichário dos Professores .....	14
Figura 2: Ficha da professora Jandira Vieira dos Santos.....	14
Figura 3: Primeira ata registrando o funcionamento da Escola.....	15
Figura 4: Primeiro salão de festas da comunidade que também servia como sala de aula. ....	26
Figura 5: Ata de uma Assembleia Geral realizada em Santa Inês .....	27
Figura 6: Fundos da Escola Rural de Santa Inês. ....	27
Figura 7: Foto do prédio da Escola Rural de Santa Inês . ....	28
Figura 8: Ata de abertura do período letivo.....	29
Figura 9: Ficha do professor José Álvaro Thomas.....	30
Figura 10: Assinaturas dos moradores do distrito de Santa Inês com o pedido de troca do nome da escola.....	31
Figura 11: Turma de alunos do Professor José Álvaro Thomas.....	34

## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO .....	11
2 – METODOLOGIA DA PESQUISA .....	13
3 – UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO PRIMÁRIO GAÚCHO A PARTIR DE 1930	17
3.1 – O ENSINO PRIMÁRIO RURAL E SUA IMPORTÂNCIA NO RIO GRANDE DO SUL.....	18
3.2 – OS CLUBES AGRÍCOLAS.....	21
3.3 – A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO RURAL .....	23
4 – ASPECTOS RELEVANTES A RESPEITO DO CAMPO DE PESQUISA .....	25
4.1 – O MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA.....	25
4.2 – O DISTRITO DE SANTA INÊS .....	25
4.3 – A ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS .....	26
5 – PROTAGONISTAS E SUAS MEMÓRIAS.....	32
5.1 – QUEM, POR QUÊ E QUANDO?.....	32
5.2 – O QUE E COMO ELES APRENDERAM MATEMÁTICA EM SUAS ÉPOCAS DE PRIMÁRIO .....	35
5.2.1 – O PRIMEIRO ANO PRIMÁRIO.....	37
5.2.2 – O SEGUNDO ANO PRIMÁRIO.....	38
5.2.3 – O TERCEIRO ANO PRIMÁRIO .....	41
5.2.4 – O QUARTO ANO PRIMÁRIO .....	44
5.2.5 – O QUINTO ANO PRIMÁRIO .....	47
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	48
7 – REFERÊNCIAS .....	50
8 - APÊNDICE.....	52
8.1 - ENTREVISTA COM O EX-PROFESSOR DA ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS PROF. JOSÉ ÁLVARO THOMAS .....	52
8.2 - ENTREVISTA COM A EX-PROFESSORA DO COLÉGIO RURAL DE SANTA INÊS HELENA DOS SANTOS PEIXOTO .....	57
8.3 – ENTREVISTA COM A EX-PROFESSORA DA ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS JANDIRA VIEIRA .....	62
8.4 – ENTREVISTA COM O EX-PROFESSOR DA ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS PROFESSOR VIDALÊNCIO CAMARGO .....	68
8.5 – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO – PROFESSOR JOSÉ ÁLVARO THOMAS..	71
8.6 – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO – PROFESSORA HELENA DOS SANTOS PEIXOTO.....	72
8.7 – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO – PROFESSOR VIDALÊNCIO CAMARGO.	73
8.8 – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO – PROFESSORA JANDIRA VIEIRA DOS SANTOS. ....	74
8.9 – DECRETO Nº 8020, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1939.....	75

## 1 – INTRODUÇÃO

Desde a primeira metade de 2013, venho tendo os primeiros contatos com A História da Educação de Matemática. Investigando o Colégio de Aplicação da nossa universidade, quando cursava o Estágio em Educação Matemática I, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréia Dalcin, entrevistei ex-alunos e ex-professores. A partir dessas narrativas, redigimos um texto em que contamos um pouco da história do Colégio, sobre o Movimento da Matemática Moderna e como se dava o ensino de matemática entre as décadas de 1960 e 1970, naquela escola.

Após a conclusão do trabalho e o término da disciplina, fui selecionado para ser bolsista de iniciação científica, com orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabete Zardo Búrigo, na pesquisa intitulada: “A matemática no ensino primário<sup>1</sup> gaúcho dos anos cinquenta: documentos e narrativas de antigos professores”. A partir de então, passei a estudar produções que tratassem do Ensino Primário Gaúcho, fazendo leituras sobre História da Educação Matemática no Estado, indicações feitas pela professora orientadora.

Também como parte da pesquisa, inventariamos Leis, Decretos e Atos que foram inseridos e estão disponíveis em um repositório digital<sup>2</sup> da Universidade Federal de Santa Catarina. Para tanto, buscamos nas Bibliotecas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e da Secretaria de Educação os Diários Oficiais do Estado, os livros “Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado” e os Boletins do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais.

Concomitante a essa procura pela Legislação Rio-Grandense, e às leituras indicadas pela professora orientadora, realizamos entrevistas com ex-professoras do Instituto de Educação General Flores da Cunha a fim de saber como se dava o ensino de matemática na época do primário.

Unindo peculiaridades encontradas durante a pesquisa realizada como bolsista, tais como o Ensino Primário nas zonas rurais e a familiaridade com a história oral como metodologia de pesquisa, surgiu a ideia de realizar um trabalho com a mesma orientação, delimitando a pesquisa sobre o Ensino Primário Gaúcho a uma Escola Rural localizada no

---

<sup>1</sup>O ensino primário, primeiro estágio de instrução pública ou particular de nosso país, perdurou até a promulgação da Lei 5.692 de 1971, que criou o ensino de 1º grau com duração de 8 anos.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/98894>>.

município de São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, pois a maioria dos meus familiares, inclusive eu, cursou nela o Ensino Primário. Além disso, outra razão que me levou a iniciar esse trabalho foi a curiosidade pelas lembranças que os entrevistados teriam a contar.

Definida a proposta de pesquisa, procuramos saber mais sobre o Ensino Primário Rural, sobre as Escolas Rurais e também as Escolas Normais Rurais, fazendo uma breve retrospectiva da educação rio-grandense até aquela época. Contextualizamos também a cidade, o distrito e consequentemente a Escola em questão.

Definida a questão norteadora do nosso trabalho – saber como os professores ensinavam a matemática para os seus alunos, nas primeiras décadas de funcionamento da Escola – buscamos fontes de diversas naturezas. Procuramos, primeiramente, os professores que lecionaram nessa escola, para poder saber o que era ensinado. Foram criados roteiros de entrevistas, com o intuito de reproduzir as lembranças desses personagens e, assim, contribuir para nossa pesquisa. Após o trabalho de coleta das narrativas, passamos às transcrições para que as mesmas pudessem ser entregues aos autores para as devidas correções e autorizações de uso de informações.

Quanto à estrutura do presente trabalho, apresentamos, no capítulo 2, a metodologia da pesquisa, relatando os passos realizados e como tratamos as fontes do trabalho. No capítulo 3, uma breve perspectiva histórica sobre o Ensino Primário. Observamos a importância das Escolas Rurais para o Estado, abordamos a questão dos Clubes Agrícolas e finalizamos falando sobre a formação do professor rural através das Escolas Normais Rurais. No capítulo 4, contamos um pouco sobre a história do município de São Luiz Gonzaga, do distrito de Santa Inês e da Escola Rural de Santa Inês.

Já no capítulo 5, dividido em seções, apresentamos as memórias de protagonistas que fizeram e fazem a história da escola, cruzando depoimentos com os programas mínimos a serem adotados, para cada série, pelas escolas primárias, estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 8020/1939 e revisados pelo Programa Experimental de Matemática publicado em 1959, e com o Plano de Educação Rural baixado pelo Decreto nº 4850/1954.

Por fim, trazemos os resultados que obtivemos nessa pesquisa, as referências bibliográficas utilizadas e como apêndices, as entrevistas na íntegra transcritas junto aos seus termos de consentimento.

Acreditamos que este trabalho pode vir a colaborar tanto para o campo da história oral, quanto para a história do ensino de matemática, considerando que há muito poucos trabalhos publicados sobre a história do ensino de matemática nas escolas rurais do Rio Grande do Sul.

## 2 – METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa situa-se no campo da História da Educação Matemática no Brasil, e o seu foco é o ensino de matemática na Escola Rural de Santa Inês, distrito de São Luiz Gonzaga. Não poderíamos deixar de citar que uma das motivações em pesquisar sobre a história do ensino de matemática é a relação que podemos fazer entre o passado e o presente. Segundo Carmo:

Estudar história é trazer o passado para o presente, é procurar as pistas que os homens do passado deixaram, para saber como viveram, o que fizeram, o que pensaram, o que sofreram e como solucionaram seus problemas. (apud KLEINÜBING, 1997, p. 58)

Para melhor investigar o passado dessa escola e memórias sobre o ensino de matemática, coletamos fontes de diferentes naturezas. Primeiro, foram realizadas procuras por produções já existentes, a fim de alicerçarmos nossa pesquisa. Depois, foi feita uma busca da legislação, principalmente no tocante ao ensino de matemática e às escolas primárias rurais, analisando os Diários Oficiais do Estado desde 1935 até 1970, que se encontram na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Para descrever o contexto em que a escola se insere – cidade e distrito – procuramos, na escola, documentos e fotos que comprovassem seu tempo de existência e, por fim, contatamos ex-professores para que contribuíssem com narrativas sobre suas experiências na escola.

A busca por documentos que mostrassem como se dava o ensino de matemática nessa escola rural não foi bem sucedida. Uma professora da escola atualmente, Leane Inês Braun Schneiders e a atual diretora, Odete Teresinha Hoff Kleinübing, nos ajudaram com uma busca na biblioteca e no “arquivo morto” da escola. Na biblioteca, não encontramos nada que contribuísse para nossa pesquisa, pois o material que é considerado sem valor aos olhos da coordenação escolar, é frequentemente reciclado por conta das restrições do espaço físico. No “arquivo morto”, foram encontrados: a primeira ata que registrava o funcionamento da escola (Figura 1 e Figura 2); um livro chamado Fichário de Professores (Figura 3), contendo muitas informações sobre a trajetória profissional dos discentes.

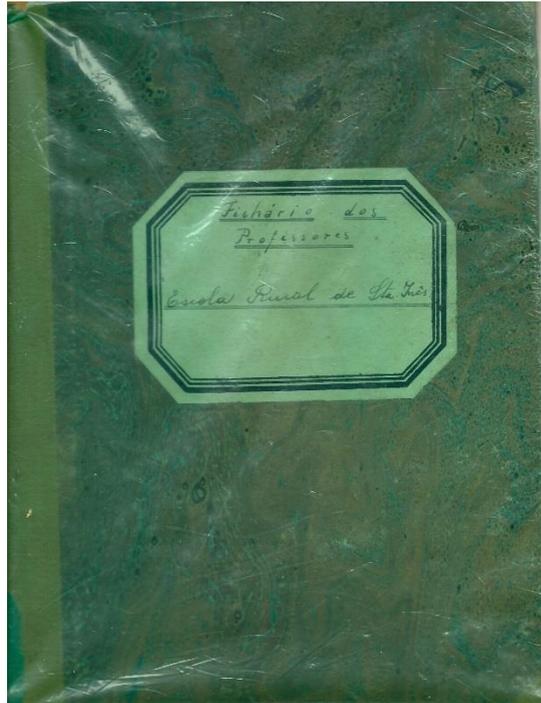


Figura 1 – Capa do livro Fichário dos Professores. Fonte: acervo da direção da escola.

FIGHA DO PROFESSOR

GRUPO ESCOLAR: Rural de Santa Inês  
 Localidade: Santa Inês - São Luiz Gonzaga

I - Nome exato e por extenso (atual): Jandira Vieira dos Santos  
 Estado civil: Casada  
 data e nº da apostila da alteração de nome: 11/5/64 Nº 4421  
 Nome de solteira: Jandira Cardoso Vieira

II - Cargo e categoria: Regente do Ensino Primário  
 Padrão e avanços: 9.0 Matrícula do professor no Tesouro do Estado: 85.344  
 É concursada: Sim Entrância: -----

III - Escola em que se diplomou (nome e ciclo): Inst. Anunciação - 1º ciclo  
 Localidade: Cerro Largo  
 data da formatura: 5/12/62  
 Enumere todos os cursos de aperfeiçoamento que possui: Normal Rural

IV - Data de ingresso no magistério como:  
 a) Contratada: 20/3/63 Assunção no C.E.: 11/4/63  
 Nº e data da Portaria: 4486 - 31/8/63  
 b) Nomeada interinamente, a partir de: -----  
 Nº e data da Apostila: -----  
 c) Nomeada em estágio probatório, a partir de: -----  
 Nº e data da Apostila: -----  
 d) Nomeada em substituição, a partir de: -----  
 Nº e data da Portaria: -----  
 e) Escola onde está lotada: Escola Rural de S. Inês  
 f) Estabelecimento onde exerce as funções do cargo  
 Como comissionada, cedida, a título de colaboração: -----  
 g) Exerce funções em acúmulo? Sim ou não: não

Figura 2 – Ficha da professora Jandira Vieira dos Santos.  
 Fonte: acervo da direção da escola.

Ata n.º 1 - Aos vinte dias do mês de Julho, do ano de mil novecentos e cinquenta (1950), no novo prédio da Escola Rural, desta Vila de Santa Inês, presente, o professor Marcelino Cassol, transferido pela portaria n.º 2.349, de Junho de 1950, do Grupo Escolar de Guarani, das Missões para esta Escola Rural de Santa Inês, deu início a respectiva matrícula. Compareceram neste dia dez (10) alunos, sendo quatro (4) do sexo masculino e seis (6) do sexo feminino. Nota-se um ambiente de intensa alegria e de boa vontade por parte de todos, com a vida da nova Escola.

E, para constar, eu, Marcelino Cassol, lavrei a presente ata e assino-a.

Marcelino Cassol  
Rep. pela Direção

---

Ata n.º 2 - Aos (dois) dias do mês de Dezembro de mil novecentos e cinquenta (1950), nesta Escola Rural de Santa Inês, município de Lagoa Vermelha de Gonçalves, deu-se início aos exames finais. Foram memorizados, conforme listas de exame arquivadas, no primeiro ano: 25 alunos; no 2.º ano: 11 e no 3.º ano: 0; i. é. a percentagem próxima. Na manhã do dia quinze (15), em frente ao prédio da Escola, na presença de todos os alunos e um grande número de assistentes, fez-se a entrega solene dos boletins de notas e prêmios dos primeiros colocados nas diversas classes. E, para constar, lavrou-se esta, que vai devidamente assinada.

Marcelino Cassol  
Diretor Interino

Figura 3 – Primeira ata registrando o funcionamento da Escola.

Fonte: acervo da direção da Escola.

Transcrição: "Ata n.º 1 - Aos vinte dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e cinquenta (1950) no novo prédio da Escola Rural desta Vila de Santa Inês, presente o professor Marcelino Cassol transferido pela portaria n.º 2.349 de Junho de 1950 do Grupo Escolar de Guarani das Missões para essa Escola Rural de Santa Inês, deu início a respectiva matrícula. Compareceram neste dia dez (10) alunos, sendo quatro (4) do sexo masculino e seis (6) do sexo feminino. Nota-se um ambiente de intensa alegria e de boa vontade por parte de todos com a vida da nova escola.

Feita a análise de documentos que ainda permaneciam na escola, passamos a nos concentrar nas memórias dos professores, usando a história oral como principal metodologia de pesquisa.

De forma a sustentar a nossa pesquisa, buscamos memórias que pudéssemos confrontar com o que havia sido escrito e decretado. Antes de abordarmos a questão âncora de nosso trabalho, primeiro vamos situar nossos entrevistados no campo de investigação pois, segundo Baraldi e Gaertner (2007),

Em Educação Matemática, ao utilizar-se da História Oral como metodologia de pesquisa, trabalha-se com o relato oral de indivíduos ligados por traços comuns. Esse relato, obtido por meio de entrevistas, constitui-se como o núcleo de investigação, ou seja, o trabalho investigativo leva em conta trajetórias individuais, eventos ou processos que não poderiam ser compreendidos de outra maneira. Ele permite o resgate do indivíduo como sujeito no processo histórico e constitui-se como documento gerado no momento da entrevista, legítimo tanto pelo seu valor informativo quanto pelo seu valor simbólico. (BARALDI; GAERTNER, 2007, p. 3)

Para tanto, procuramos docentes que lecionaram na escola quando ela era uma escola de ensino primário. Através de conversas informais com habitantes da comunidade de Santa Inês, encontramos alguns professores, de épocas diferentes, que poderiam ser entrevistados. Preparamos um roteiro de questões que conduzissem os professores a nos contar sobre o ensino de matemática naquele período. Para uma dessas entrevistas, contamos com a ajuda de um colaborador – Ricardo Braun Schneiders – que entrevistou o professor Vidalêncio Camargo.

A cada entrevista, o acervo de informações e detalhes sobre o Ensino de Matemática na época do primário aumentava e o estudo ficava cada vez mais interessante e instigante. Nessa perspectiva,

[...] abordar o fenômeno da oralidade é ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humano: o processo de comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humana. (AMADO; FERREIRA, 1998, p. 18).

Trabalhar com memórias tem seu valor, pois preenche lacunas da história que ainda não foram respondidas ou analisadas (VALENTE, 2007). Por muito tempo, os historiadores privilegiavam os documentos escritos, os objetos ou mesmo os vestígios que pudessem comprovar as afirmações garantindo a veracidade dos acontecimentos (KLEINÜBING, 2008). Kleinübing também considera importante que,

Trabalhar com a memória é percorrer a superfície porosa de nossa cultura presentificada nos patrimônios culturais. Com relação à memória, destacamos que a mesma só existe quando há sentimento de continuidade presente aquele que lembra. (KLEINÜBING, 2008 p; 13)

As entrevistas foram transcritas para que pudéssemos analisá-las, tendo sido devolvidas aos entrevistados e devidamente assinadas junto ao termo de consentimento, disponibilizando o uso de todas as informações em nosso trabalho. Após o trabalho de transcrição, começamos os cruzamentos e entrelaçamentos entre as entrevistas com os programas mínimos baixados pelo Decreto Estadual nº 8020 de 29 de Novembro de 1939, com o Programa Experimental divulgado pelo Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE) em 1959, com o Plano de Educação Rural, baixado pelo Decreto Estadual nº 4050 de 29 de Janeiro de 1954, e as leituras feitas durante a pesquisa.

### **3 – UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO PRIMÁRIO GAÚCHO A PARTIR DE 1930**

Como o próprio nome narra – primário, primeiro, primitivo – significou o primeiro estágio de instrução que as escolas públicas e particulares ofereciam no nosso país. Nossa história começa na década de 1930, data em que foi criada a antiga Colônia de Santa Inês (KLEINÜBING, 2008). Apresentamos, a seguir, uma breve retrospectiva histórica do ensino primário gaúcho usando um inventário da legislação sobre o ensino primário<sup>3</sup>, construído durante a pesquisa, trabalhos já reconhecidos e narrativas como fontes principais, passando por e nos concentrando no Ensino Primário Rural.

Ao final do Império, o ensino de primeiras letras era ainda pouco organizado. Os primeiros governos republicanos investiram na difusão do ensino primário, mas predominavam as pequenas escolas, de instalações precárias, em que um único professor ministrava um ensino elementar para crianças de idades variadas. Em 1909, foram criados no Estado os colégios complementares, e, em 1915, os grupos escolares, que reuniam pelo menos três professores e organizavam os alunos segundo classes de adiantamento (BÚRIGO, 2014). Com o passar do tempo, o número de Grupos Escolares e Colégios Complementares foi crescendo.

O Decreto nº 7.640 de 28 de dezembro de 1938, que reorganizou a carreira do magistério, fixando normas para nomeação, foi um acontecimento muito importante para a organização do Ensino Primário. Segundo o Secretário da Educação Dr. Coelho de Souza (apud A ATIVIDADE...,1940), até então, a carreira de professor passava por uma “situação deplorável”; possibilidades de crescimento muito limitadas e ausência de direitos reconhecidos e assegurados eram motivos para não existir grande procura para tal ofício.

Em agosto de 1939, com o Decreto nº 7929, foi aprovado o Regimento Interno das escolas primárias, classificando os estabelecimentos de ensino primário em apenas dois tipos: Grupos Escolares e Escolas Isoladas.

Em 1939, em um outro momento histórico para a Educação Primária no Rio Grande do Sul, foi estabelecido, com o Decreto Estadual nº 8020 de 22 de novembro, o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias, prevendo um curso de 6 anos em que se abordavam Linguagem, Estudos Sociais, Matemática, Desenho e Artes Aplicadas, Estudos Naturais e Música.

---

<sup>3</sup>Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/98894>>

Não muito depois, foram baixados o Decreto-Lei nº 337, de 8 de abril de 1943, e o Decreto nº 775A, que aprovaram o Plano das Escolas Normais Rurais e os Regulamentos do Instituto de Educação e das Escolas Normais Rurais, aplicados, respectivamente, às escolas de formação de professores primários e de professores primários rurais. Esses, sem dúvida, foram fatores que impulsionaram o desenvolvimento das Escolas Rurais.

Em 1958, o CPOE iniciou uma ampla Reforma do Ensino Primário. Em março de 1959, o CPOE encaminhou às escolas, como anexos ao Ofício Circular nº 154, novos Programas Experimentais para cada uma das disciplinas do ensino primário. O Programa Experimental de Matemática foi publicado novamente na Revista do Ensino, em 1960. Em 1961, para atender às solicitações dos professores, foi encaminhada nova impressão dos Programas pela Livraria Tabajara. Portanto, mesmo não sendo obrigatório a todas as escolas, o Programa Experimental foi amplamente difundido entre os professores da rede estadual.

### **3.1 – O ENSINO PRIMÁRIO RURAL E SUA IMPORTÂNCIA NO RIO GRANDE DO SUL**

Educação é a influência sistemática e com objetivos definidos exercida sobre a criança, considerando-se todos os aspectos de sua personalidade. EDUCAÇÃO RURAL, pois, consiste em orientar as populações das zonas rurais no sentido da formação adequada ou conveniente às mesmas, vinculando-as ao meio e levando-as a reagir de modo eficiente sobre este (SILVA, 1952, p. 15).

O Rio Grande do Sul, de forma distinta ao processo que se desenvolvia a nível nacional, manteve sua economia baseada na agropecuária (CORSETTI; KISTEMACHER; PADILHA, 2007, p. 3). Entretanto, a educação rural até o início da década de 1940, segundo Werle (2005), era marginalizada pelo Estado. Desde o final do século XIX, já existiam escolas rurais, que funcionavam em salas alugadas por não haver prédios escolares. A comunidade rural era vista como ignorante, segundo Almeida (2011), e um mínimo de instrução bastava para esses; não havia uma política para Educação Rural e apenas a partir dos anos 1940 ela foi vista com outros olhos pelos órgãos de educação:

[...] o meio rural foi associado às ideias de atraso, de ausência de desenvolvimento e de ignorância de sua população. A educação rural passou a ser vista como um instrumento capaz de aproximar a modernização, de formar, de modelar cidadãos adaptados ao seu meio de origem, mas lapidados pelos conhecimentos endossados pela cultura urbana. De lá que vieram os ensinamentos, tais como conhecimentos de saúde, saneamento, alimentação adequada, administração do tempo, técnicas agrícolas e pastoris modernas, práticas de higienização, todos esses amparados e condizentes com o desenvolvimento científico da sociedade (ALMEIDA, 2011, p. 60).

Não poderíamos deixar de citar uma matéria do *Jornal do Estado*, publicado em 1941, tratando da importância da formação de uma mentalidade agrícola no campo. Segundo Dr. Coelho de Souza, então Secretário da Educação:

Temos a necessidade absoluta de uma intensa produção agrícola, de uma reabilitação do trabalho agrícola perante os próprios brasileiros. Isso, porém, não será possível sem a formação de uma mentalidade agrícola, uma mentalidade que mostre o Brasil a beleza, a dignidade e utilidade da vida rural. Estudos profundos da matéria em todos os países do mundo e no Brasil, em especial no Estado de São Paulo, têm demonstrado que essa mentalidade se deve formar através da escola primária, pela literatura fornecida ao escolar, pelos clubes agrícolas, sendo que alguns professores rurais, que se antecederam, atirando-se ao ensino rural ativo, conseguiram, já, despertar nos alunos um interesse agrícola que os fixou na terra, não permitindo o êxodo para as cidades, que tanto contribui para o desequilíbrio nacional (SOUZA apud ESCOLA NORMAL RURAL, 1941).

O Secretário ainda declara que não se deveriam enviar professores da cidade para o campo, pois esses traziam um espírito urbanista, sugestivo para a fuga do campo.

Segundo mesma matéria publicada no *Jornal do Estado*,

No advento do regime novo [1937], contava o Rio Grande do Sul com 250 grupos escolares e 652 escolas isoladas. Em progressão sempre crescente, ao começar o ano corrente, tínhamos abertos 365 grupos, isto é, mais 115 sobre o ano de 1937, e no primeiro semestre do ano em curso, mais grupos e escolas isoladas foram criados, num total de 61. A par desse movimento de extensão do ensino, houve, para atender as zonas de maior densidade demográfica, a preocupação de distribuir racionalmente as escolas, iniciando-se esse trabalho pela capital e prosseguindo se em outras regiões escolares do Estado. Paralelamente, procurou-se, também, substituir a “escola isolada” pelo “grupo escolar” ou de incorporá-las em “escolas reunidas”. Assim, pôde-se diminuir o número delas, de 652 para 478, devendo as “escolas reunidas” destinarem-se exclusivamente a zonas que não comportem, de nenhuma forma, grupos escolares (A ATIVIDADE..., 1940).

O Decreto-Lei nº 1394, de 25 de março de 1947, reorganizou a Secretaria de Educação e Cultura segundo superintendências. Segundo Werle (2013),

A Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul é reorganizada [1947]. Fecham-se os departamentos de Educação Primária e Normal e de Educação Física. Suas atribuições são transferidas para os novos órgãos citados: as Superintendências – as quais, vinculadas no CPOE, apresentavam-se bem mais especializadas com relação aos antigos Departamentos. As superintendências de Ensino Primário, de Ensino Normal, de Ensino Secundário, de Ensino Rural tinham, entre outras funções, a tarefa de supervisionar, orientar e fiscalizar a educação em cada ramo de ensino. (WERLE, 2013, p. 775)

A existência das Superintendências de Ensino Primário e Rural causava certa estranheza, segundo Moreira (1955), por tratarem de mesmo grau de ensino:

Admitimos que, em cada uma das duas últimas, houvesse seção especializada quer para as escolas urbanas, quer para as rurais. Disto resultaria unidade e coordenação administrativa, embora cada setor de ensino apresentasse problemas específicos. Se quisermos admitir que o ensino rural, desde o primário, supõe já certa especialização consistente na adequação a um ambiente de trabalho, ou aceitamos que

isso se dá também com o ensino urbano, ou que o rural já é profissional. No primeiro caso, não há razão para que deixe de ser administrado pela Superintendência do Ensino Primário; no segundo, devia ficar subordinado à Superintendência do Ensino Profissional. (MOREIRA, 1955, p. 85)

No Decreto nº 1782 de 29 de Janeiro de 1951, foram dispostas as atribuições da Superintendência de Ensino Rural; eram:

- a) Organizar e dirigir o ensino adequado às populações rurais, nos graus primário e normal, de conformidade com a legislação vigente e as determinações e instruções dos Secretários de Educação e Cultura;
- b) Propor ao Secretário de Educação e Cultura a criação e localização de escolas rurais, grupos escolares rurais e escolas normais rurais;
- c) Promover e superintender com a cooperação dos outros órgãos técnicos competentes a construção de prédios para unidades escolares rurais;
- d) Promover a cooperação do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, na forma da legislação em vigor, cursos intensivos de formação para professores rurais contratados e de aperfeiçoamento para professores rurais efetivos e para orientadores e diretores de estabelecimento de ensino rural;
- e) Exercer as demais funções inerentes à administração do setor do ensino rural, nos graus do primário (LEIS, DECRETOS E ATOS..., 1951, p. 678).

Nessa mesma data, 29 de Janeiro de 1951, foram estabelecidas, através do Decreto nº 1784, normas para o funcionamento de um curso intensivo para professores rurais. O curso intensivo era dividido em duas partes: parte geral e pedagógica (Português, Psicologia Educacional, Sociologia Rural, Metodologia geral e Aplicada, Administração escolar, Puericultura e Primeiros Auxílios, Educação sanitária, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física, Canto Orfeônico e Prática do ensino primário rural) e parte técnica (Agricultura geral e especial, Zootecnia geral e especial, Horticultura, Higiene Rural, Moléstias dos animais domésticos, Indústrias Rurais, Economia e Administração rural e Práticas de campo, de indústrias e de oficinas).

Pesquisados os boletins do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais, encontramos nas edições dos anos de 1952 e 1953, o que seriam as finalidades, além dos objetivos gerais, do Ensino Primário Rural:

- 1) Aperfeiçoar o educando ao ambiente em que vive, formando-lhe a consciência do valor e da dignidade do trabalho rural;
- 2) Proporcionando-lhe a prática de técnicas elementares de trabalho adequadas ao sexo, à idade e atinentes às ocupações comuns do meio rural;
- 3) Ministrando conhecimentos e formar e desenvolver, nos alunos, atitudes e hábitos relacionados com a proteção, conservação e o melhoramento da vida, da propriedade e dos recursos naturais da região. (RIO GRANDE DO SUL, 1952-53, p. 26)

### 3.2 – OS CLUBES AGRÍCOLAS

Muito comentados em nossas entrevistas, os Clubes Agrícolas eram oferecidos aos alunos de Escolas Primárias Rurais, segundo Silva (1952), desde 1936, quando foram criados pela Diretoria da Instrução Pública, com caráter de Instituição: “Clubes Escolares Agrícolas”.

Os objetivos desses clubes, convergentes com os da própria Escola Primária Rural, eram:

- 1) Despertar ou manter mentalidade agrícola na criança, dignificando esta forma de trabalho, levando-a à justa apreciação do valor da terra e, dessa maneira, combatendo o preconceito sobre a agricultura;
- 2) Difundir o conhecimento de métodos modernos de agricultura, demonstrando as vantagens da adoção dos processos racionais, afim de formar atitude de receptividade em relação ao trabalho agrícola em base científicas.
- 3) Despertar o interesse pela vida agro-econômica da localidade e pela prática de atividades relativas à mesma.
- 4) Criar e manter o espírito de colaboração na escola e no meio social, além de outros hábitos e atitudes desejáveis. (SILVA, 1952, p. 47)

No texto de Weschenfelder (2003), encontramos um trecho que confirma a existência desses clubes. Segundo a autora,

Esses lugares possibilitariam o desenvolvimento da atividade agrícola modernizadora, através de proposições como aquela que se refere à organização de Clubes Agrícolas, uma espécie de “laboratório” para o exercício de uma “nova mentalidade”. (WESCHENFELDER, 2003 p. 57)

Nas entrevistas, a ex-professora da Escola Rural de Santa Inês, Jandira Vieira, lembra desses Clubes Agrícolas que vinham proporcionar cursos técnicos com a chegada da UMIT:

Aqui tinha Técnicas Agrícolas tinha que saber lidar na horta, etc... Mas eu lembro que a nossa Escola aqui em Santa Inês, ela é uma escola rural, então ela tinha as matérias técnicas para ensinar, mais tarde veio a “UMIT”. (SANTOS, 2013)

Em uma conversa informal, via rede social, com a professora Odete Teresinha Hoff Kleinübing, tomamos conhecimento do que significava “UMIT”; segundo ela, definia-se como “Unidade Móvel de Iniciação ao Trabalho”. Como, em nenhum momento, nos textos de Silva (1952) e Weschenfelder (2003), aparece o termo UMIT, buscamos, através da internet, saber o que significava e o que foi esse programa. Uma página hospedada na internet<sup>4</sup>, da Escola Estadual de Educação Básica Padre Affonso Diehl – antigo Grupo Escolar – município de Segredo – Rio Grande do Sul, fala brevemente que a UMIT foi criada pelo Estado em convênio com a Secretaria de Educação nos anos 1970 e confirma o depoimento de Kleinübing (2014) para nossa pesquisa:

---

<sup>4</sup>Disponível em:

<<http://portais.educacao.rs.gov.br/AreaPortalInstitucional/PaginaSimples/PaginaSimples.aspx?pgn=110814&portal=2766>>

Fui aluna desse tempo e era uma expectativa muito grande quando a UMIT vinha para a nossa escola. Eram três dias de alegria e muita aprendizagem. Nesses três dias tínhamos aulas teóricas e práticas. As disciplinas desenvolvidas eram: Técnicas comerciais, Técnicas Agrícolas, Técnicas Industriais e Técnicas Domésticas. (KLEINÜBING, 2014)

Sendo vistos como agentes de educação integral para os jovens das zonas rurais, os Clubes Agrícolas tinham como finalidade ser instância para o exercício da atividade agrícola, ser um elo de ligação entre a escola e a vida rural, visando promover a educação física, moral, intelectual, social e econômica. O depoimento do antigo professor da Escola Rural de Santa Inês – Professor Vidalêncio, também entrevistado em nossa pesquisa – grande colaborador para o funcionamento desses Clubes Agrícolas, fala da importância desses clubes para as zonas rurais:

V – Ajudei a fazer. Isso na comunidade era dentro do colégio que a gente fazia isso, mas já era uma coisa mais pra frente. Eu não estive muitos anos em Santa Inês.

R – E dentro desses clubes agrícolas, o que era ensinado?

V – Isso aí varia de comunidade pra comunidade, têm umas comunidades que tem o cultivo só de disso e na outra só daquilo, era mais para procurar voltar o aluno dentro da comunidade. Eles defendiam aquela filosofia de que era preciso produzir para viver melhor.

R – E eles ensinaram alguma coisa de matemática?

V – Matemática era sagrada, matemática e português, ciências.

R – Mas e dentro desse clube agrícola?

V – Fazia o que se podia. Como dependia da reunião, por exemplo, em Porto Lucena faziam-se cursos de pedreiro. Eu ajudava a ensinar, em várias cidades também. Também existiam cursos que ensinavam as meninas a costurar roupas e fazer crochê, lavouras de cultivo disso, daquilo e se não tinha [alguém para ensinar] eu trazia alguém credenciado naquela matéria para ensinar conhecimento condizente pros alunos aprenderem alguma coisa útil. Essa foi a minha vida de 50 anos... 25 em cada cargo... eu não tive outra profissão (CAMARGO, 2014).

Segundo Silva (1952), nos clubes agrícolas, além do estímulo ao raciocínio, era ensinado:

[...] medição e avaliação em áreas de terrenos, traçados de canteiros, cálculo de distância entre as mudas da horta, no jardim, no pomar. Cálculos com dinheiro, por meio da compra e venda de produtos agrícolas, despesas com transporte e material agrário, percentagem de lucro ou perda, etc. (SILVA, 1952)

Como aluno da quinta série do atual ensino fundamental, vivenciei marcas deixadas pelo ensino primário rural. A maioria dessas atividades, não mais feitas em Clubes Agrícolas, eram desenvolvidas na disciplina de Técnicas Agrícolas, ministrada por um professor, que ministrava uma hora de teoria e as demais de prática. Mais tarde, a disciplina passou a ser chamada de Educação para Economia Familiar, perdendo um pouco de sua tradição como disciplina agrícola.

### 3.3 – A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO RURAL

Almeida (2011), em estudo da obra *Escola Primária Rural* (1952), argumenta que a formação do professor rural era mais complexa que a dos professores da cidade, pois eles tinham que dominar saberes que iam além dos conhecimentos ditos tradicionais.

A criação das Escolas Normais Rurais no Rio Grande do Sul foi um marco para o reconhecimento da zona rural, tanto na comunidade quanto na escola. Segundo Werle (2013), a formação do professor para exercer a docência em zona rural deveria ser específica, constituindo-os em pessoas plenamente identificadas com a educação moderna, mas também com as práticas rurais.

Dois dos professores entrevistados em nossa pesquisa estudaram em Escolas Normais Rurais: a Professora Jandira Vieira, no chamado Instituto Nossa Senhora Anunciação, e o Professor José Álvaro Thomas, no Colégio Normal Rural La Salle (segunda instituição de formação de professores rurais criada no Rio Grande do Sul (WERLE, 2005) os dois em Cerro Azul, hoje município de Cerro Largo.

A Professora Jandira, em entrevista, conta que ao invés de fazer o ginásio, preferiu fazer o Curso Normal Rural, que incluía matérias técnicas. Consultamos o Plano de Educação Rural, disponível também nos Boletins do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (1952-53), para saber quais eram essas matérias. Abaixo, segue o currículo que as Escolas Normais Rurais deveriam cumprir:

1ª Série: Português, Matemática, Geografia Geral e História Geral, Ciências Físicas e Naturais, Desenho e Trabalhos Manuais, Agricultura Geral – Práticas Agrícolas.

2ª Série: Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Desenhos e Trabalhos Manuais, Agricultura Especial – Práticas Agrícolas e Zootecnia – Práticas Zootécnicas.

3ª Série: Português, Matemática, Geografia e História do Rio Grande do Sul, Noções de Anatomia e Fisiologia Humanas, Desenho (técnico) e Trabalhos Manuais, Agricultura Especial – Práticas Agrícolas e Zootecnia – Práticas Zootécnicas.

4ª Série: Português, Matemática, Psicologia Geral, Didática e Prática da Educação Primária, Biologia Educacional e Higiene, Desenho (técnico) e Trabalhos Manuais, Práticas Agrícolas e Zootécnicas e Indústrias Rurais.

5ª Série: Filosofia da Educação, Psicologia da Criança e Psicologia Educacional, Sociologia Geral e Educacional, Didática e Prática da Educação Primária, Higiene Rural e do Trabalho e Economia e Administração Rural.

Constará, ainda, do plano de atividades, a Religião e a Prática de Educação Física e Canto Orfeônico. (RIO GRANDE DO SUL, 1952-53, p.26)

Dona Jandira confirma que estudava essas matérias no Curso Normal Rural, segundo ela:

J – Foi no Instituto Anunciação onde eu estudei.  
 F – E foi lá que a senhora fez o magistério (curso normal)?  
 J – Sim, foi lá. Depois, mais tarde, existia uma adaptação, porque o meu curso de magistério, era o Normal Rural, em vez de eu fazer o Ginásio, eu fiz o Normal Rural, nós estudamos o dia todo.  
 F – Mas ele era diferente pelo quê?  
 J – Lá nos estudávamos matérias técnicas.  
 F – Mais de agricultura assim?  
 J – Sim, além do currículo que tinha que estudar do magistério, estudamos matérias técnicas: zootecnia, falava dos animais, agricultura e, não me lembro o que mais mas, para cada matéria técnica tinha um professor especializado e dessa parte de agricultura, de hortifrutigranjeiros, nós aprendemos poda, enxertia... as lavouras de tomate, fazer o “desbaste”, tudo o que precisa – era técnico isso aí –.  
 F – Mas isso a senhora nunca precisou lecionar né?  
 J – Não, alguma coisa sim, aqui tinha Técnicas Agrícolas tinha saber lidar na horta, etc. (SANTOS, 2013)

Interrogado sobre o Curso Normal Rural, o Professor Álvaro lembra um pouco, em vários trechos, os quais trazemos abaixo:

F – Foi lá, no Normal Rural, que o senhor aprendeu a dar aula?  
 A – Sim, eles ensinavam diretamente, formavam o professor para dar aula.  
 F – Para dar aula em escola rural?  
 A – Em escola rural, no interior.  
 F – Aprendia, além das disciplinas de didática, aprendia matérias técnicas?  
 A – Isto.  
 F – E eram só homens nessa escola?  
 A – Sim, no começo, até pouco tempo... tinha a Escola Normal Rural La Salle e tinha o Anunciação, que era de freiras e era separado. (THOMAS, 2014)

A Professora Helena conta:

Existia o Normal Rural, eu não fiz o Rural... Quem fez foi a Dona Edite, a Pacífica, a Jandira... Essas fizeram o Normal Rural, destinadas a trabalhar no meio rural... O meu não, o meu já era Normal Ginásial, formava no Magistério, mas daí tinha que ter o ginásio primeiro, os quatro anos de ginásio para depois entrar nesse e elas saíam do ensino primário e já entravam no Normal Rural direto (PEIXOTO, 2013)

Como podemos ver, os alunos saíam do primário e entravam direto no Normal Rural, ou seja, primeiro havia uma preparação seguindo os moldes de um curso ginásial, sendo pouco a pouco incluídas as matérias técnicas, o que acontecia também com as disciplinas de didática. Quanto ao Curso Normal, esse era feito após a conclusão do Ensino Ginásial.

## **4 – ASPECTOS RELEVANTES A RESPEITO DO CAMPO DE PESQUISA**

### **4.1 – O MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA**

Situado na região noroeste do estado, o município contava, em 2010, com 34.556 habitantes (IBGE, 2010). Sua área territorial é de 1.295,683 Km<sup>2</sup>, segundo informações do site da prefeitura<sup>5</sup>. Possui os seguintes distritos: Afonso Rodrigues, Rincão de São Pedro, Capela São Paulo, São Lourenço e, finalmente, Santa Inês, sobre o qual passaremos a nos concentrar.

### **4.2 – O DISTRITO DE SANTA INÊS**

Foi em 1931, mais precisamente em 1º de maio, que o senhor Guilherme Froelich e sua família chegaram à então Colônia de Santa Inês, que nada mais era do que um conjunto de propriedades de terra pertencentes às famílias de Pedro Meillet, Júlio Eialet e Joana Colat. No início do Século XX, muitas famílias da Alemanha vieram colonizar as propriedades ainda não habitadas no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Hugo Steffens e Miguel Dewes Filho, moradores de Cerro Largo, foram os responsáveis pela Colonização, junto com um agrimensor e alguns auxiliares (KLEINÜBING, 2008).

Com a chegada dos demais moradores, Rhoden, Reis, Hamerski, Ferst, Antes, Neto, Halmenschlager, Boehm e Finkler, a maioria de Cerro Largo, as propriedades foram sendo, pouco a pouco, desmatadas para a instalação dessas famílias. Segundo Kleinübing (2008), mesmo após seu falecimento, perdurou por muitos anos o principal legado que os fundadores da colônia poderiam ter deixado: a lembrança de um povo trabalhador.

Ainda em 1931, a colônia precisava de um nome para distinguir-se das outras várias que havia por perto; seu nome foi escolhido pelos colonizadores e pela devota a Santa Inês, Dona Inês Kliemann. Ela prometeu que, se o vilarejo levasse o nome da santa, ela doaria a estátua, com aproximadamente um metro de altura, da santa que tinha guardada. Estátua que até hoje se encontra na Igreja do distrito (KLEINÜBING, 2008).

Na década de 1940, a colônia já contava com serraria, açougue, marcenaria, ferraria, alambique, entre outros empreendimentos que foram criados. O número de famílias que vendiam seus produtos nas cidades vizinhas, usando carroças, diminuía. Nessa época, ainda trocavam sal, querosene e outros artigos pelos produtos lá produzidos.

---

<sup>5</sup>Disponível em: <<http://www.saoluizgonzaga.rs.gov.br/>>

Em 1961, João Loureiro, na época prefeito municipal de São Luiz Gonzaga, aprovou no dia 18 de outubro, a Lei nº 408 que, em um território de 13.180 hectares, criou o Distrito de Santa Inês, anexo à cidade de São Luiz Gonzaga. Essa Lei entrou em vigor somente em janeiro de 1962.

Santa Inês conta, em 2014, com cerca de 254 habitantes segundo relato da agente de saúde Carla Shardong, em conversa informal.

#### 4.3 – A ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS

Kleinübing (2008) conta que, ainda na década de 1930, sentindo a necessidade de se ensinar as crianças da comunidade, Feliciano Hamerski, morador e comerciante de Santa Inês, e alguns outros professores davam aulas em suas próprias casas ou na casa comercial de Feliciano. Mais tarde, foi construída, com iniciativa da comunidade e apoio da prefeitura, uma casa de festas que servia como espaço para educar as crianças, para onde começaram a vir professores da cidade de São Luiz.



Figura 4: Primeiro salão de festas da comunidade que também servia como sala de aula.  
Imagem encontrada no acervo da Biblioteca da Escola, sem data.

Foi nessa casa que meu avô Bruno José Braun teve aulas, antes da criação da Escola Rural de Santa Inês. Pode-se verificar em uma ata, redigida em alemão, de uma assembleia

geral convocada pela diretoria de Santa Inês e ocorrida em 9 de outubro de 1938 (Figura 5), em que foram discutidas a frequência dos alunos à escola, a responsabilidade dos pais de enviarem seus filhos e a aprovação de estatutos (KLEINÜBING, 2008).

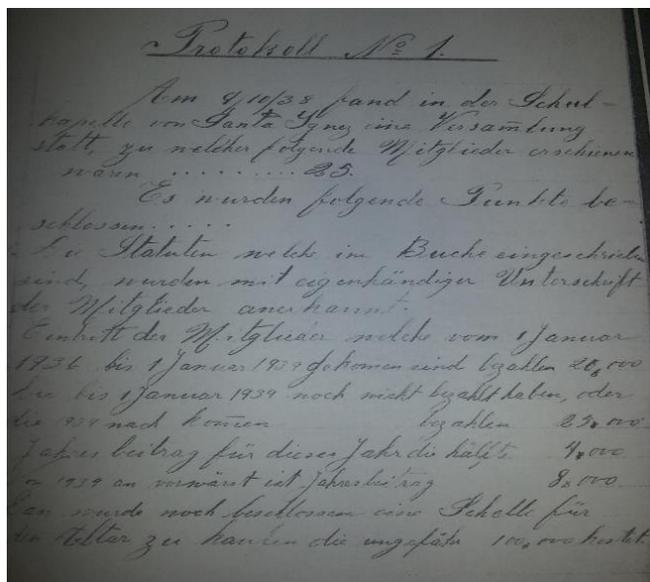


Figura 5: Ata de uma Assembleia Geral realizada em Santa Inês pela diretoria do clube.  
Fonte: Kleinübing (2008). A tradução e transcrição também se encontram em Kleinübing (2008).



Figura 6: Fundos da Escola Rural de Santa Inês.  
Foto do acervo do Prof. José Álvaro Thomas.

A Figura 6 nos apresenta uma realidade não comum às escolas de ensino primário, na época em que foi registrada. Essa é uma lembrança de uma escola rural nos anos 1950, dos fundos da Escola Rural de Santa Inês, encontrada na cidade de Salvador das Missões, Rio Grande do Sul, sob os cuidados do ex-professor José Álvaro Thomas, um dos entrevistados em nossa pesquisa. Podemos, claramente, ver um prédio onde aconteciam e ainda hoje acontecem as aulas teóricas, um quintal com os alunos que, provavelmente, estavam matriculados nessa

escola, e uma lavoura à frente do quintal. A maioria dos alunos estavam providos de ferramentas próprias para o manejo de atividades no solo, como enxada e pá. Essa foto pode ter sido registrada durante uma aula de Técnicas Agrícolas, disciplina obrigatória no currículo de Escolas Rurais da época, como veremos mais adiante.

Até 1949, a escola era administrada pelo município de São Luiz Gonzaga e os professores, em sua maioria, vinham da cidade para ministrar aulas que aconteciam no salão de festas da comunidade. Passou a ser gerida pelo Estado e intitulada como Escola Rural de Santa Inês a partir do Decreto nº 1190 de 26 de março de 1950. Como pode ser visto no Diário Oficial do Estado de 28 de março de 1950<sup>6</sup>, a comunidade de Santa Inês recebeu não só uma nova organização do ensino, mas um novo prédio para a realização das suas aulas (Figura 7).



Figura 7: Foto do prédio da Escola Rural de Santa Inês.  
Fonte: acervo da biblioteca da escola.

Marcelino Cassol, formado pela Escola Normal Rural La Salle de Cerro Largo no ano de 1947, vindo do Grupo Escolar Salvador das Missões, foi o primeiro professor da Escola Rural de Santa Inês, assumindo suas funções também como diretor. Em 1950 temos a primeira ata do colégio anunciando a sua vinda e o início do período de matrículas (Figura 8).

---

<sup>6</sup>Disponível em: <<http://www.corag.com.br/>>.

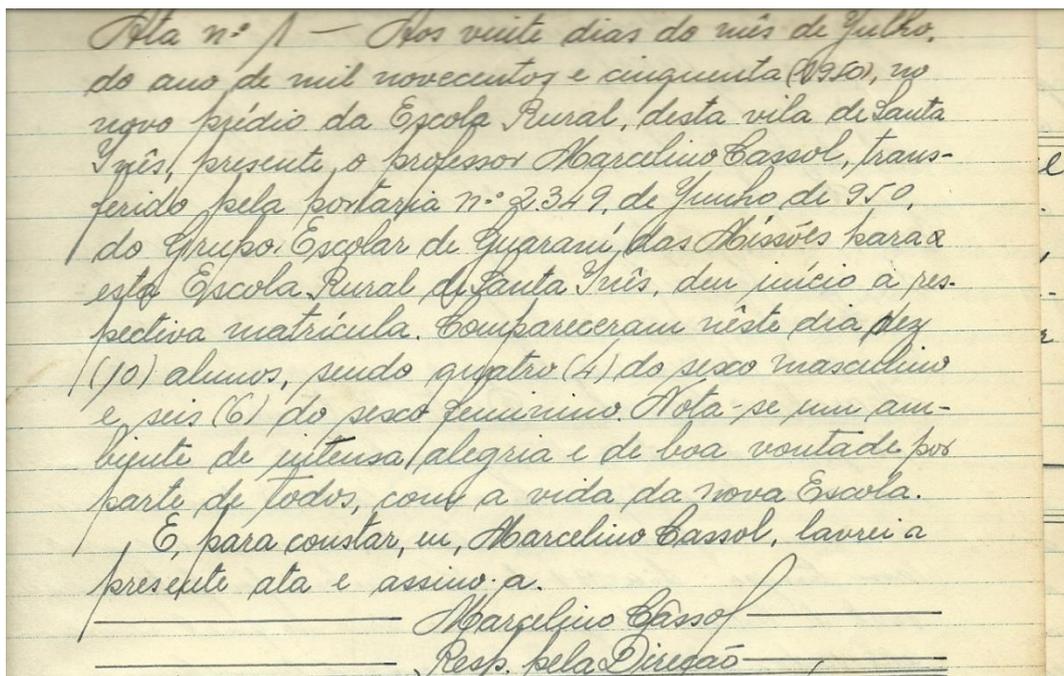


Figura 8: Ata de abertura do período letivo. Fonte: acervo da escola.

Mais tarde, o Decreto Estadual nº 4850 de 29 de Janeiro de 1954, publicado no Diário Oficial do Estado em 5 de fevereiro de 1954, aprovou o Plano de Educação Rural do Estado. No capítulo III do Decreto, observamos a existência, segundo o Art. 15, de diferentes tipos de estabelecimentos de ensino rurais:

Art.º 15.º - Haverá os seguintes tipos de estabelecimento de ensino rural, denominados, genericamente, **Escola Rural**:

I – **Escola Rural Isolada** é a unidade escolar de uma só sala de aula e um ou dois professores, onde se agrupam as classes em um ou dois turnos, para que seja ministrado o ensino elementar.

II – **Escola Rural Reunida** é o estabelecimento que, possuindo duas ou mais salas de aula, tiver número igual ou proporcional de professores, reunidas as classes de alunos, pelo menos, em duas turmas diferentes, para o ensino elementar e complementar.

III – **Grupo Escolar Rural** é a unidade escolar que acolher 100 (cem) ou mais alunos, dispondo-os e três ou mais salas de aula, em turmas e classes separadas, com número correspondente de professores, para o ensino elementar e complementar.

IV – **Internato Rural** é o tipo de estabelecimento que, tendo normalmente as condições para funcionar como Grupo Escolar Rural, dispuser ainda de meio físico e financeiro para manter internato e semi-internato, oferecendo conforto, bem estar aos alunos rurais de um ou vários municípios, notadamente os de densidade demográfica rarefeita. (RIO GRANDE DO SUL, 1954)

Infelizmente não encontramos nenhum registro oficial em que a Escola Rural de Santa Inês fosse denominada segundo uma das quatro categorias dispostas no Plano de Educação Rural, além de uma referência que está no livro Fichário dos Professores (Figura 9) e de um trecho de entrevista.

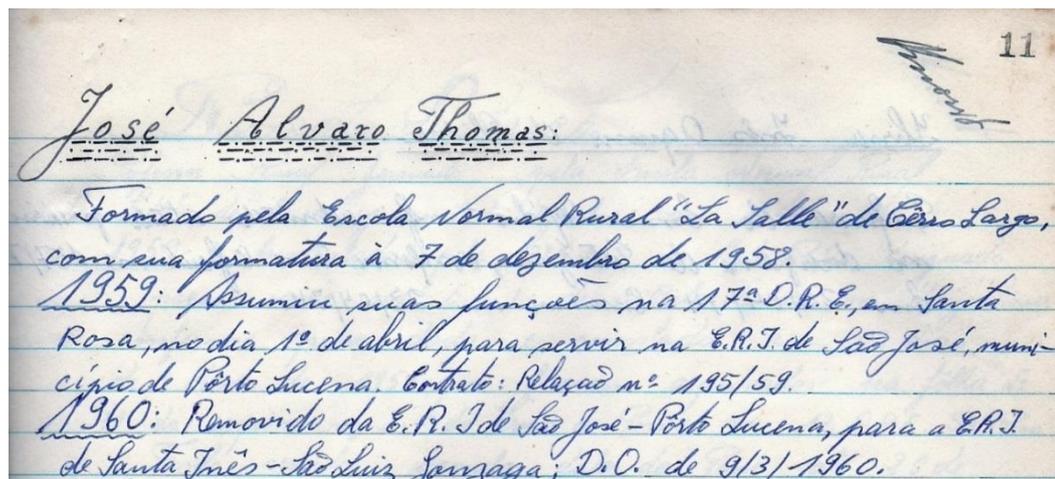


Figura 9 – Ficha do professor José Álvaro Thomas.

Fonte: acervo da direção da escola.

Conforme depoimento do Professor Álvaro, a escola assumiu três das quatro categorias dispostas no Plano de Educação Rural, como segue:

F – E o senhor dava aula pra quem lá? Para todos os anos ou para um ano só?

A – Tinha só uma professora lá, estava com 150 e poucas crianças e eu entrei lá, peguei a direção e fui trabalhando... e já no primeiro ano mais da metade, apareceu mais uma professora, mas antes disso, ela dava pra 150 alunos, eram vários alunos e dava aula sozinha, e depois eu entrei peguei a direção e comecei a trabalhar para e como é que chamavam, primeiro Escola Rural...tinha várias titulações, no primeiro ano era Escola Rural Isolada de Santa Inês, depois quando veio mais duas professoras, aí foi Escola Rural Reunida, depois passou a ser a transformação em Grupo Escolar Rural (THOMAS, 2014).

Com a implantação da Lei nº 5692 de 1971, a criação de um novo pavilhão e duas novas salas, a Escola passou a oferecer, também, a sexta série. Em 1975, sob o Parecer 223/75 do Conselho Estadual de Educação, foram criadas as sétima e oitava séries na Escola Rural de Santa Inês.

A escola passou a se chamar, por indicação da comunidade (Figura 9) acolhida pelo Decreto Estadual nº 25295 de 21 de janeiro de 1977, Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Dom Jaime de Barros Câmara. Os moradores defendiam esse nome, pois Dom Jaime havia sido um arcebispo do Rio de Janeiro que, segundo eles, soube dirigir os destinos da Igreja Católica com energia, bondade e devotamento (Figura 10).

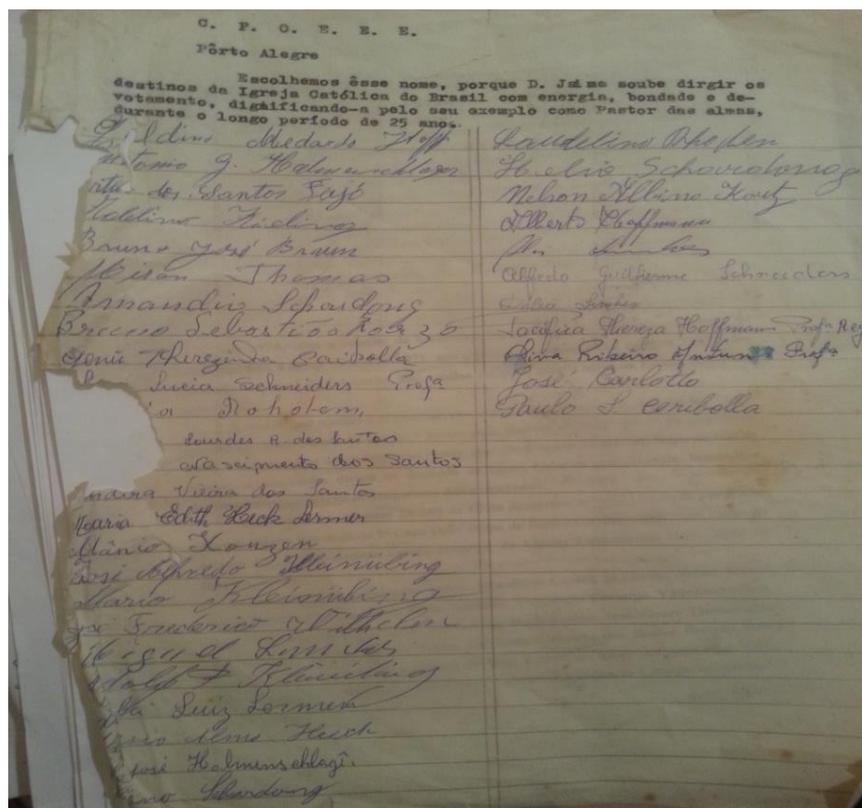


Figura 10: Assinaturas dos moradores do distrito de Santa Inês com o pedido de troca do nome da escola.  
Fonte: acervo da direção da escola.

Com o Decreto Estadual nº 26.288 de 12 de dezembro de 1977<sup>7</sup>, a Escola passou a se chamar Escola Estadual de 1º Grau Dom Jaime de Barros Câmara e, sob efeito da Portaria nº 302 da Secretaria da Educação do Estado, nos termos da Resolução 253 do Conselho Estadual de Educação em 8 de dezembro de 2000, passou a ser denominada Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Jaime de Barros Câmara.

Os primeiros professores da Escola, nos anos 50, foram: Marcelino Cassol, já citado, Arthur Knorst, Lauro Ignácio Thomas, Herta Sibila Friedrich, Vidalêncio Camargo, Valtrude Steffens, Maria Cândida Flores Camargo, Maria Edite Hech Lerner, José Álvaro Thomas entre outros. Jandira Vieira dos Santos e Helena dos Santos Peixoto, entrevistadas desta pesquisa, foram professoras da escola nas décadas de 1960 e 1970.

<sup>7</sup>Disponível em: <<http://www.corag.com.br/>>

## 5 – PROTAGONISTAS E SUAS MEMÓRIAS

Nesta seção, apresentamos uma breve biografia dos personagens que nos contam suas histórias e um pouco sobre as razões que os levaram a escolher o ofício de educar, e um cruzamento das entrevistas com o programa de ensino sancionado pelo Decreto Estadual nº 8020 e com o Programa Experimental de Matemática divulgado pelo CPOE em 1959.

### 5.1 – QUEM, POR QUÊ E QUANDO?

Nascida em 19 de janeiro de 1943 no distrito de Santa Inês, município de São Luiz Gonzaga, Dona Jandira ingressou na primeira série primária em 1951 como interna no Instituto Nossa Senhora Conquistadora, no município de Caibaté. Em 1956 ingressou no Curso Normal Rural do Instituto Nossa Senhora Anunciação de Cerro Largo, formando-se em 5 de dezembro de 1962. Jandira conta que sua família foi muito incentivadora no tocante ao estudo:

Eu entrei com 8 anos, nasci em 1943...  $1943+8 = 1951$ , foi com 8 anos. A minha vó me colocou direto interna em Caibaté, no colégio de irmãs, eu estudei três anos em Caibaté, e depois nos fomos pra Cerro Largo, a gente estudava sempre no colégio de freiras, a pedido do vovô, por que a vó sempre... ela que me criou, porque quando ele estava bem “doentinho” ele já fez um pedido para vó: Ordália, eu vou te deixar a minha pensão e tu vai ter condições de dar estudo para minha pretinha (SANTOS, 2013).

De 1963 até meados de 1970, Dona Jandira assumiu suas funções como professora contratada pela 14ª Delegacia Regional de Educação em Santo Ângelo para lecionar na Escola Rural de Santa Inês. Foi nomeada em maio de 1970, conforme edital de posse 39/70, publicado no Diário Oficial do Estado de 23/04/1970. Trabalhou também como bibliotecária da escola. Perguntada sobre as aulas de matemática, ela conta que gostava da disciplina, até estudar Álgebra, no Curso Normal Rural:

Era uma das matérias que eu mais adorava, de primeira a quinta série, que eu tirava nota 9 e 10 na matemática. Depois, quando entramos já na sexta série que era o primeiro ano já do Normal, quando veio a matéria Álgebras, eu me perdi sabe... Então daí eu me pegava com colegas que entenderam bem a matéria, não estava entendendo como entrava aquela álgebra, daí eu sofri um pouco, eu pedalei um pouco, tirava 6, 6,5, 7, por causa da explicação das minhas colegas que daí eu fui me entrosando. (SANTOS, 2013).

O Professor Vidalêncio Camargo, nascido em 1927 em Porto Xavier, veio morar em São Luiz Gonzaga em 1939. Curiosamente, explica que não cursou todo o curso primário:

V – Naquele lugar não tinha colégio, em Porto Xavier não... Eu aprendi com a minha mãe e com o meu pai em casa, só depois quando eu vim para cá, para São Luiz em 1939, foi a primeira vez que eu entrei num colégio, no Senador Pinheiro aqui [Grupo Escolar] e, lá me fizeram umas perguntas, [inaudível]. Só sabia o que o pai e mãe me ensinaram, essas coisas de colégio ou classe não tinha nada, ensinavam em casa, não tinha folga, então ensinavam a ler e escrever, isso eu aprendi. Com isso que eu aprendi eu fiz o exame do Senador Pinheiro, aqui eu entrei na terceira série, terceiro ano do primário, aí que eu comecei a minha vida escolar, em 1927 eu nasci, em 1939 eu entrei pela primeira vez em colégio oficial.

R – Entrou adiantado então na terceira série?

V – Já entrei no terceiro ano porque a mesa fez um exame, eu sabia ler e escrever e aquela coisa toda. Então nunca tinha estado em colégio, então eles me fizeram uma prova e me colocaram no terceiro ano do primário. Naquela época terminava o primário no sexto ano e daí o ano em que eu terminei o primário aqui eu fui morar em Caibaté com meus pais (CAMARGO, 2014).

Conta também, porque escolheu lecionar:

R – E por que o senhor escolheu lecionar?

V – Porque das opções que existiam, o que eu podia fazer? Aleijado, [perdeu a perna em um acidente e tinha uma prótese] antes disso aí eu era um líder de futebol, sempre tive uma projeção pessoal, como pessoa, como aluno, como menino, como estudante, sempre tive muito destaque. Tanto destaque que eu fui parar em Santa Inês, mas já estava casado, já com filhos, e deixei uma coisa boa por lá também (CAMARGO, 2014).

A Professora Helena do Santos Peixoto, nascida em 30 de Agosto de 1948, ingressou no ensino primário em 1960 também no Grupo Escolar Senador Pinheiro Machado. A partir de 1965 cursou a Escola Normal do Instituto Nossa Senhora Anunciação no município de Cerro Largo. Assumiu suas atividades como professora contratada em 1973 junto à 14ª Delegacia Regional de Educação, logo após seu estágio curricular na Escola Rural de Santa Inês. Em 1978, entrou na Faculdade de Pedagogia formando-se em 1981. Questionada sobre porque escolheu lecionar, Helena explica:

F – Mas porque tu escolheste lecionar?

H – Gostava, desde nova a gente tinha essa tendência de aprender para ensinar para alguém, ainda mais nós que morávamos no meio rural, não tinha outra opção de trabalho, uma das opções é que era uma maneira de ter um emprego.

F – Se quisesse trabalhar e ganhar teu dinheiro tinha que ser assim?

H – Tinha que ser professora, não tinha outra coisa eu nasci e me criei no interior, e daí a gente foi estudando fazendo magistério e a gente foi aprendendo a gostar de dar aula (PEIXOTO, 2013).

Nascido em 1933, José Álvaro Thomas formou-se na Escola Normal Rural La Salle de Cerro Largo em 7 de dezembro de 1958. Já em 1959, pela 17ª Delegacia Regional de Educação, de Santa Rosa, iniciou suas atividades como professor na Escola Rural Isolada de São José, município de Porto Lucena. Não muito tempo depois, em 1960, foi removido (termo usado no fichário de professores) para a Escola Rural de Santa Inês, assumindo regência em 1961. Na

figura 14, vemos uma foto de uma turma de alunos de série e datas desconhecidas, pois o entrevistado não lembra da ocasião.



Figura 11: Turma de alunos do Professor José Álvaro Thomas. Foto de seu acervo pessoal.

Foi transferido da Escola Rural de Santa Inês em 1º de agosto de 1967 para o Grupo Escolar Rural de João de Castilhos, município de Cerro Largo. Na entrevista concedida, Álvaro cita um momento importante na sua vida, o de sua aposentadoria:

F – Tem alguma lembrança boa como professor?

A – Na vida, como professor?

F – É...

A – O dia que eu não me esqueço é do dia que eu recebi o papel para me aposentar (risos)

F – Já estava cansado de dar aula?

A – É... eu deixei, agora também está acontecendo, eles querem subir com a idade, para se aposentar. Então naquele tempo que eu estava para me aposentar também começaram com isso, primeiro eram 30 anos de aula, podia se aposentar, não implicava em nada... no ano seguinte, já ia aumentar a idade... e daí eu fiquei com medo e sai. Desisti. Deixei de requerer direção, quem tem 5 anos seguidos, ou 10 intercalados podia requerer o salário da direção, eu não fiz [a requisição], e naquele ano em que eu me aposentei podia fazer (THOMAS, 2014).

Já Vidalêncio foi sucinto ao falar sobre sua experiência como docente:

R – E quando o senhor parou de lecionar?

V – Na verdade, a gente nunca para. Conversando a gente tá ensinando alguma coisa, ajudando... Então não tem... Só tenho saudade. Tenho vontade, se eu pudesse voltar... Mas com 87 anos não é brinquedo.

R – E uma experiência como professor, que o senhor não se esquece?

V – Mas olha... A minha vida toda foi só lecionar, então não tem o que esquecer (CAMARGO, 2014).

O reconhecimento e a vocação de aprender para ensinar foram alguns dos motivos apresentados pelos professores em questão.

## **5.2 – O QUE E COMO ELES APRENDERAM MATEMÁTICA EM SUAS ÉPOCAS DE PRIMÁRIO**

Abordamos, nesta seção, cruzamentos das memórias que os professores nos apresentaram, por meio de entrevistas, com os programas de ensino vigentes na época. No tocante aos programas, através da pesquisa feita na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na Secretaria de Educação, na Faculdade de Educação e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, encontramos o Decreto Estadual nº 8020 de 29/11/1939, que aprovou o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado, e o Programa Experimental de Matemática divulgado em 1961. O programa mínimo determinado pelo Decreto nº 8020 considerava:

- A necessidade de imprimir orientação uniforme ao trabalho educativo nas escolas primárias do estado, através da prefixação dos objetivos a atingir e da previsão dos meios adequados a realizá-los;
- Que os modernos estudos sobre a criança e as exigências da vida social, criadas pela civilização em nossos dias, impõem a revisão do programa escolar, em seu conteúdo e nas linhas coordenadoras dos assuntos;
- Que para a adequação da escola às exigências e aspirações do meio de que recebe o aluno, é forçoso dar flexibilidade ao plano de trabalho escolar no qual, respeitado o substratum comum, se possam atender às peculiaridades regionais;
- Ainda, a impossibilidade de delimitação e graduação, em definitivo, desse mínimo indispensável à vida atual, à míngua de investigações psicológicas e sociais realizadas em nosso meio (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 70-71).

No que tange ao Ensino de Matemática, o programa estabeleceu, também, os objetivos gerais como disciplina do currículo:

- a) Prover a criança de conhecimentos e habilidades que lhe permitam usar a Matemática, como instrumento, na resolução de situações da vida que envolvam as questões de quantidade, número, forma, extensão e posição.
- b) Desenvolver certas capacidades específicas que assegurem maior eficiência a esse instrumento; exatidão e rapidez nos cálculos, aplicação do pensamento à análise de problemas da vida diária, presteza na escolha do processo mais econômico, verificação dos resultados, apreensão pronta das relações entre os dados das questões, etc.

- c) Formar atitudes favoráveis à matéria e provocar concomitantes desejáveis, como melhoria do raciocínio, iniciativa, solidariedade, economia, etc (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 71).

Já o Programa Experimental de Matemática era mais sucinto quanto aos objetivos gerais:

- a) Desenvolver e organizar o pensamento lógico do indivíduo.
- b) Contribuir para a formação do espírito democrático.
- c) Conduzir a um bom desenvolvimento do caráter.
- d) Promover a integração social do indivíduo, familiarizando-o com as possibilidades econômicas da comunidade. (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

Mas, como objetivos específicos, abrangia os citados pelo programa mínimo anterior:

1. Desenvolver o pensamento matemático através de:
  - a) Domínio do vocabulário matemático;
  - b) Estabelecimento de conceitos, relações e generalizações.
2. Promover a habilidade de cálculo, levando o aluno a exatidão e rapidez na execução do trabalho matemático e encaminhando-o gradualmente à abstração.
3. Capacitar o aluno a usar a matemática nas situações da vida que se apresentam.
4. Oportunizar o desenvolvimento de conhecimentos matemáticos de modo a oferecer ao aluno uma base necessária ao desenvolvimento de seus estudos. (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

Também encontrado em pesquisa feita na Secretaria de Educação, o Decreto Estadual nº 4850 de 29/01/1954 aprovou o plano de Ensino Rural do Estado. No capítulo VI, ficou estabelecido que o currículo das Escolas Rurais seria o estabelecido pelo Decreto Estadual nº 8020 de 1939, acrescido de disciplinas com caráter rural, cuja elaboração ficou a cargo da Superintendência do Ensino Rural, como segue:

Art.º 22º - Os programas das disciplinas de caráter rural, integrantes do currículo Normal, serão elaborados pela Superintendência de Ensino Rural, ficando a organização dos demais confiada ao Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais, em colaboração com a Superintendência do Ensino Rural.

Art.º 23º - O Secretário de Educação e Cultura baixará os programas, que poderão ser revisados, após cada biênio de aplicação (DÍÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1954, p. 1).

Vamos confrontar agora, as memórias dos personagens desta narrativa com o programa mínimo adotado e baixado pelo Decreto nº 8020/1939, e com o Programa Experimental de Matemática expedido e divulgado pelo CPOE em 1959. De forma sequencial, apresentaremos os planos para cada série/ano primária trazendo, das entrevistas, trechos que contemplem, completem ou divirjam do que está documentado.

### 5.2.1 – O PRIMEIRO ANO PRIMÁRIO

Mesmo com uma quantidade numerosa de itens a serem ensinados aos alunos, Dona Jandira (2013), em entrevista, conta que seguia o currículo da série, dividindo tudo “um tanto para cada mês” e que até meados de outubro ou início de novembro já havia cumprido todo o programa.

A maior preocupação da Professora Jandira era com a tabuada, que passaremos a observar na próxima seção, pois segundo ela “na primeira série eles não aprendem, aprendem a conhecer os números, montar continhas de soma e diminuição”. Notamos que, no programa, esses conteúdos fazem parte do Programa Mínimo para a primeira série:

Adição e subtração, sem reservas e sem empréstimos, utilizando números até 100 (indicação em colunas).  
Interpretação e uso dos sinais +, -, =. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 72)

Também pode ser visto no Programa Experimental:

Noções de número. Fatos fundamentais fáceis da adição e da subtração. Significação e uso dos sinais +, -, =. Sistematização da contagem de 1 a 9. Formação de números entre 10 e 20. Quantidades de 20 a 99. Soma sem reservas. (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

Dona Jandira nos trouxe também, uma experiência com uma turma de primeira série em que destaca a preocupação com a alfabetização:

J - Até para a primeira série eu dei aula, um ano só. Alfabetizei uma turma. Mas eu, quando chegaram as férias de Julho assim, eu estava, não dormia, perdia o sono. Pensava assim, eles não vão aprender, não vão aprender... [a ler e escrever]

F - Era essa a preocupação maior?

J - Preocupação maior! Mas depois que passaram as férias de Julho, que daí eles descansaram, aquelas duas semanas, quando eles voltavam, parece que eles voltavam inspirados, daí eles, assim, pareciam ovos que estavam chocando, que eles abrem todos, mas daí eu chorei de alegria. (SANTOS, 2013)

A primeira série primária, como observado na entrevista da professora Jandira, era tratada de forma delicada pois, quando os alunos passavam para o segundo ano:

A gente tinha um pouco de dificuldade na segunda, tinha alunos que às vezes não passavam bem alfabetizados e eram um atraso para os outros, estavam bem alfabetizados mas eu tinha que rever e voltar atrás, por causa dos outros que não acompanhavam bem. [...] olha, se tu fizeres uma primeira série mal feita que tu não passasses bem alfabetizado, isso vai te incomodar longe, vários anos". (SANTOS, 2013)

Moreira (1955) nos mostra que até o início dos anos 1950, a maioria dos reprovados se encontrava no primeiro ano primário, com as seguintes consequências:

- a) desânimo do escolar e conseqüente evasão escolar;
- b) supermatrícula escolar com excessiva aglomeração nos 1º e 2º graus ou anos (MOREIRA, 1955, p. 45).

Como parte da normativa do Programa Experimental de Matemática, no primeiro ano,

Impõe-se, portanto, a realização de um período preparatório que dará ao professor oportunidade de conhecer seus alunos, verificando as experiências que já possuem, o que lhe possibilitará atendê-los em suas necessidades. No 1.º ano, esse período terá, ainda, a finalidade de ambientar o aluno à escola. (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

Em virtude dos professores entrevistados não terem lecionado para o primeiro ano primário e de outros o terem feito durante pouco tempo, não temos mais fontes orais, dentro do campo de pesquisa estudado, que indiquem o que era ensinado de matemática nessa série.

### 5.2.2 – O SEGUNDO ANO PRIMÁRIO

O segundo ano primário é o período que, nas nossas entrevistas, mais foi comentado e notado. Sendo a série em que os alunos deveriam aprender as noções de multiplicação e divisão, passando por todas as quatro operações com um conjunto de números naturais, o termo “tabuada” foi muito lembrado pelos professores interrogados.

O Professor Álvaro conta, sobre a época em que foi aluno do primário, na década de 1940:

- F – E quando o senhor estudou, lembra o que mais estudava? (Quando o senhor era aluno, no primário)
- A – A tabuada e os verbos.
- F – Era o que mais ensinavam? Tinha que sair do primário sabendo...
- A – Tudo de cor!
- F – Mas isso já no primeiro ano e no segundo ano né, tinha que saber e... o que mais aprendiam?
- [...]
- A – Eram as quatro operações!
- [...]
- F – então era mais aritmética: quatro operações... e depois tinha que saber a tabuada de cor?
- A – bem sabida, até 20 muitos sabiam de cor (THOMAS, 2014).

Essa preocupação, de que os alunos soubessem de cor a tabuada até números maiores do que dez, também foi lembrada pela professora Jandira, em relação ao segundo ano primário:

Eu aprendi as tabuadas do 2 ao 12 na segunda série no colégio das freiras, era puxado e valeu a pena né, na segunda série, eu aprendi tudo, as tabuadas. Daí então aquilo, foi pra vida, nunca mais esqueci (SANTOS, 2013)

Esse trecho pode ser visto, de outra maneira, no programa de ensino vigente para aquela época, disposto como uma normativa - “introduzirão as práticas indispensáveis à automatização das combinações aritméticas” - e como mínimo essencial:

Mecanização das tábuas de adição e subtração.  
 Adição de colunas de números simples iguais. – Contagem por grupos. Noção de multiplicação. Nomenclaturas relativas a multiplicação (fatores, multiplicando, multiplicador, produto). Tábua da multiplicação.  
 Multiplicação de um número simples por um composto. (Exercícios em colunas).  
 (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 85)

Como consta no Programa Experimental de Matemática:

Adição em colunas de 3 números simples. Noção de número simples e composto. Contagem por grupos em ordem crescente (preparo para a multiplicação). Compreensão objetiva da multiplicação como uma soma abreviada. Contagem por coleções. Significação e uso do sinal x. Multiplicação de um número composto por um simples (sem reserva). Nomenclatura. (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

A professora Helena nos conta, em entrevista, que no seu tempo de aluna, o esforço dos professores era valorizado e os pais faziam com que os filhos obedecessem na escola, isso era uma regra. Segundo ela, havia castigos quando não soubessem a tabuada. Tinham que sabê-la de cor, além das quatro operações.

Já como professora, Dona Jandira conta que por seis anos “encordado” [seguidos] ela foi professora da segunda série e que o início de tudo era a tabuada, e reforça:

J – Então, matemática era a tabuada, e exigia: “Amanhã todo mundo vai estudar a tabuada do 2, todo mundo tem que saber a tabuada do 2, de cor e salteado”. Daí nós já líamos umas quantas vezes na sala de aula, passava a “tabuadinha presa” todo mundo copiava e eu ia olhar, revisar para ver se não tinham copiado errado.  
 F – Era muita repetição não é... tinham que repetir várias vezes?  
 J – É isso aí, eu lia várias vezes com eles, chamava algum... Assim salteado, não todos porque as turmas eram numerosas (SANTOS, 2013).

De acordo com o mínimo essencial e com a normativa, dispostos no programa mínimo para o segundo ano primário, Dona Jandira explica com mais detalhes o que se trabalhava com a segunda série:

Então a minha exigência principal era a tabuada [...] na segunda série já abrangia a multiplicação, e mais pra não sei que mês lá tinha a divisão, com pequenos números, um número só no divisor, mas se uma criança não dominar uma tabuada daí ele vai se arrastar, eu ensinava a maneira de contar, por exemplo, 3x9, não, 9x3 daí tinha que estar, tinha que somar, botar três, três, três..., 9 vezes o três, a soma era o 9x3. (SANTOS, 2013)

O que também pode ser visto em trechos do programa de ensino estabelecido pelo Decreto nº 8020/1939:

Multiplicação de um número simples por um composto. (Exercícios em colunas).  
 Noção de divisão: Uso do sinal (:) e da chave: Nomenclatura relativa à divisão.  
 Divisões com divisor simples e dividendo até 100. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 85)

E no Programa Experimental:

Ideia objetiva da divisão. Divisão como “repartição” e como “medida”. Significação do sinal (:) e da chave (|---). Fatos fundamentais fáceis da multiplicação e da divisão. Fatos da divisão relacionados com os fatos da multiplicação. Fatos da divisão a eles relacionados. Nomenclatura relativa à multiplicação e à divisão: fatores, multiplicando, multiplicador, produto, dividendo, divisor e quociente. (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

Questionado a respeito, o Professor Vidalêncio Camargo responde, de forma sucinta, ao entrevistador, o que ele ensinava de matemática e a importância do ensino das quatro operações:

V – Ensinei as quatro operações e raciocínios também. Uma das coisas principais também era o fazer o aluno sentir a necessidade de procurar, de sentir o além e o que está acima da gente.

R – Então era mais voltado para as quatro operações?

V – Sim, isso era sagrado. Até hoje. Não pode tirar isso aí, senão derruba, cai toda a casa. É a escada que a gente subia. (CAMARGO, 2014)

Em trechos da entrevista do Professor Álvaro, notamos o aparecimento do termo “abstrato”, dizendo, com suas palavras, que “era mais no abstrato mesmo, a matemática” mas, mesmo sendo abstrata, conta que, com toda a atenção da turma, buscava explicar de forma que os alunos entendessem. De acordo com o Programa Experimental de Matemática, era um objetivo específico “promover a habilidade de cálculo [...] encaminhando-o gradualmente, à abstração”. Sobre esse termo, abstração, o programa nos traz:

Em experiências sucessivas - contagens concretas, contagens rítmicas, tabelas, jogos, exercícios que levam a percepção das relações recíprocas entre os números, da analogia no agrupamento das diferentes ordens de unidade, diligenciará o mestre prover os alunos do material que lhes permita, segundo ritmo próprio de suas elaborações mentais, alcançar a abstração, isto é, pensar em números desacompanhados a objetos, mas associando-os sempre a realidade que lhes dá significação. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 85)

Os problemas, também conhecidos como historinhas matemáticas, faziam parte das metodologias usadas pelos professores para aperfeiçoar e praticar os conteúdos vistos em aula, também serviam para contextualizar. Assim traz a professora Helena, questionada sobre o que se via além das quatro operações:

Fazia assim depois disso aí: tudo que é tipo de problema envolvendo as quatro operações porque era antigamente, no tempo que eu estudei, não existia essa matemática moderna, que depois surgiu aquilo era só matemática, matemática mesmo, baseada nas quatro operações. (PEIXOTO, 2013)

Ainda sobre os problemas, Dona Jandira considerava que deviam ser

Levezinhos, problemas diversos envolvendo as quatro operações, mas num problema, por exemplo, de segunda série era uma continha só e daí conforme a série aí podia até envolver duas continhas, no mesmo problema, senão era muito difícil pra eles... (SANTOS, 2013)

No Programa Experimental de Matemática, podemos ver:

Problemas orais, reais, de situação atual e resolvidos em torno de objetos presentes, envolvendo os conhecimentos já adquiridos. Problemas práticos de adição e subtração, dentro dos limites dos conhecimentos adquiridos, como uma só operação, usando os termos: ao todo, todos juntos, sobra, resto. Problemas-historieta. Problemas orais e escritos, envolvendo os fatos fundamentais da multiplicação e da divisão com uma só operação. (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

Já no Programa Mínimo de 1939:

Prosseguindo a aprendizagem em situação real de vida, os problemas, formulados pelo professor ou pelo aluno, devem apresentar dados tomados à experiência da criança no ambiente que a rodeia: despesas com merenda, vestuário, transporte, material escolar, etc. utilizando tabelas de preços organizadas ou recolhidas pelos alunos, anúncios, etc. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 85)

Encerramos essa seção com trechos das entrevistas dos professores Álvaro e Jandira falando e defendendo a “decoreba” como um método muito eficaz de repetições para memorização da tabuada:

F – O senhor como professor, até o quinto ano, para sair do primário, o aluno tinha que saber o que de matemática?

A – A tabuada. Mas já estava parando... Já tinha gente fazendo, na secretaria da educação, fazendo barulho contra “o decoreba”, mas foi só dois anos e daí eles viraram. Mas ficaram bem quietos, a delegacia de ensino. (THOMAS, 2014)

J – Esse era o principal. Tem alunos, que a gente escuta, pedalando em matemática na faculdade porque tu não podes dizer: “Não, não queremos mais decoreba”, essas coisas de decoração, não tem coisa melhor que tu aprender uma coisa, tu ler umas várias vezes e fixar aquela matéria, aquele conteúdo tu não vai esquecer mais. E pra matemática... a base, a base Fernando, era a tabuada, tu estudou aqui! (SANTOS, 2013)

### 5.2.3 – O TERCEIRO ANO PRIMÁRIO

A Professora Helena confirma que até o terceiro ano primário “eram as quatro operações todas fundamentadas e os problemas”. Esses mecanismos de automatização das operações aritméticas, comentados na seção anterior, seguiram sendo exigidos no decorrer do curso primário, como podemos ver a seguir:

A capacidade de responder às combinações aritméticas, com exatidão e velocidade, se desenvolverá, mediante práticas sistematizadas (envolvendo: seleção de combinações ainda não dominados, por meio de testes ou exercícios de revisão; repetições onde as coordenações figurem em quantidade proporcional às dificuldades que representam), apresentadas em situações capazes de provocar esforço vitalizado dos alunos; jogos coletivos e individuais (os últimos atendem à necessidade de diferenciação da aprendizagem), dramatizações, projetos, como a feira escolar, o

bazar, etc. Os efeitos do treino serão controlados pelos próprios alunos, por meio de anotações dos erros cometidos em cada revisão, e do tempo necessário para resolver todas as combinações, escolhendo-se, num e noutro caso, padrões dentro da própria classe para termo de comparação. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 96)

Como normativa, o Programa Experimental de Matemática nos traz:

Prover para que o trabalho se efetive com segurança. Para isto é necessário que, após a elaboração de cada ideia, processo ou relação, haja um período destinado à fixação da aprendizagem. Com este fim, o professor organizará, cuidadosamente, séries de exercícios sistematizados, visando um objetivo determinado, e que atendam aos seguintes critérios:

- situações e dados de acordo com a experiência e interesse do aluno;
  - variedade de tipos;
  - graduação de dificuldades em ordem crescente;
  - repetição de exercícios dentro de um mesmo tipo e em cada grau de dificuldade.
- (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

O Professor Vidalêncio, que ingressou na escola para cursar já a terceira série primária, conta que no tempo em que era aluno, na década de 1940, aprendiam-se as quatro operações, as frações e os números decimais.

Aqui podemos destacar trechos da maioria dos professores entrevistados, pois todos lembram que ensinaram frações ou números decimais. Assim, o Professor Álvaro lembra que

A – Fazia questão que eles aprendessem as quatro operações bem e... o que mais... deixa eu destravar a memória (risos)

F – Mas foi bem parecido com o seu tempo, ou o senhor viu coisas a mais?

A – Frações... equações.

F – Equações também?

A – Dava, mas bem simples... frações decimais também... números romanos, tudo isso era...

F – E todas as operações também, com frações e com números decimais?

A – Sim... (THOMAS, 2014).

De acordo com o que está no programa:

Numeração romana até C. Estudo dos símbolos L. e C.

Leitura e escrita de números com algarismos romanos.

Noção de fração com parte do inteiro. Representação das frações ordinárias. Comparação de fração. Noção de número decimal, divisão da unidade em décimos, centésimos e milésimos. Representação escrita dessas unidades. Leitura e escrita de números decimais.

Equivalência das ordens de unidades estudadas. Movimento da vírgula.

Adição e subtração de decimais. Multiplicação e divisão de decimais. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 95)

O ensino de frações no Programa Experimental de Matemática aparecia sempre desde o primeiro ano primário mas, inicialmente, apenas com as noções de metade de objetos e de coleções e o uso do termo “meio”. Ainda cruzando as lembranças do Professor Álvaro, este programa traz:

Noção de fração como parte do inteiro. Noção de meios e quartos. Apresentação concreta e representação gráfica. Noção de terço e quinto. Nome e significação dos termos. Numeração Romana. Estudo dos símbolos L e C. Numeração Romana até C. Aplicação prática desses símbolos: capítulos de livros, designação de reis, imperadores, etc. Uso social da fração ordinária. Noção de fração como parte de coleção (meio, terço, quarto). Frações ordinárias usada na vida prática. Leitura e escrita de frações com denominadores 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9. Escrita dos símbolos. Equivalência e comparação de frações (demonstração prática). Adição e subtração de frações homogêneas, com resultado irredutível. Noção de fração decimal. Noção de número decimal. Divisão da unidade em décimos, centésimos e milésimos. Representação escrita dessas unidades. Leitura e escrita de frações e de números decimais. Equivalência das ordens de unidades estudadas. Movimento da vírgula. Uso social da fração decimal e do número decimal. Adição e subtração de decimais (dentro do limite da numeração aprendida). Multiplicação e divisão de números decimais por potências de 10. (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

Questionada sobre como ensinava frações, Dona Jandira diz que “dividia uma fruta pra eles, ensinava...tu vai pegar um dividia em quatro partes, um terço pra ti, dois terços pro outro [...] a gente fazia de tudo pra ser uma coisa concreta sabe, é eu adorava essa parte”. A Professora Helena conta que

A gente pegava na escola às vezes, se a gente podia, a gente fazia um bolo, levava e repartia para mostrar as frações, dividia em partes né,  $2/3$ ,  $5/3$ ,  $4/8$  essas coisas ou fazia em laranjas, ou em cartolinas sabe... Isso a gente fazia, era o ensinar mais prático. (PEIXOTO, 2013)

O Professor Álvaro também foi questionado quanto ao ensino de frações enquanto professor do ensino primário:

F – Como é que o senhor fazia para ensinar frações? Ia só para o quadro negro ou ensinava com mais alguma coisa?

A – Usava madeirinhas... começava com o metro, decímetros... mas é... A gente fabricava as coisas... Muitas das coisas mandavam fazer e eles traziam [os alunos]

F – Então para ensinar frações, usava coisas com madeira mesmo? Repartia...

A – Ou era pintado com lápis de cor...

A – Fazia assim um quadrado, e ali repartia então... os decímetros, os centímetros, os milímetros... mais longe a gente não ia...três casas depois da vírgula! (THOMAS, 2014)

Neste contexto, o Programa Mínimo de 1939 não estabelece quais os recursos didáticos que os professores deveriam utilizar para que ocorresse a aprendizagem dos seus alunos, mas traz de um modo geral:

Os problemas, dentro das normas de interesse e realidade, aproveitarão situações surgidas na vida do aluno ou da classe: jogos, merenda, venda e compra (utilizando tabelas, anúncios, etc. que ensejam um trabalho de raciocínio, comparação, escolha e deliberação, na busca dos dados que interessam no momento), excursões, visitas, projetos; situações arrumadas pelo professor no intuito de apresentar o fatos matemáticos apreendidos nas formas capazes de ocorrer com mais frequência na vida, sendo de conveniência levar os alunos a se identificarem com os personagens apresentados no problema. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 96)

### 5.2.4 – O QUARTO ANO PRIMÁRIO

A Professora Helena, que lecionou depois do Professor Álvaro ser transferido da Escola, ao ser questionada sobre a utilização de livros didáticos, revela quais conteúdos lembra ter ensinado no quarto ano primário:

F – Não tinha livro?

H – Livro de matemática?

F – É!

H – Não... pra gente tinha os livros que a gente ocupava e usava para tirar exemplos que a gente ia passar para os alunos, tirava a matéria, por exemplo: MMC, MDC e essas coisas, tudo que gente dava no quarto e quinto ano.

F – Divisibilidade e essas coisas?

H – Quarto e quinto ano essa matéria. (PEIXOTO, 2013)

Esses conteúdos constam tanto no Programa Experimental de Matemática, quanto no Programa Mínimo de 1939 a ser adotado pelo quarto ano primário:

Múltiplos e divisores. Múltiplo comum. Mínimo múltiplo comum. Divisor comum. Maior divisor comum.  
Divisibilidade por 2, 3, 5, 9, 11, 10, 100, 1000, etc. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 106)

O Professor Álvaro foi um dos professores que mais lecionou para o quarto ano primário, apesar de ter sido professor de todas as séries, inclusive em uma mesma sala. Questionado sobre o que ele lembrava do que devia ser ensinado até o quinto ano primário, ele revela que no tempo em que foi professor não havia quinto ano na escola e que, como alguns de seus alunos prestavam o exame de admissão ao ginásio, ele tentava ensinar um pouco do conteúdo programático do quinto ano primário ainda no quarto ano. Nas suas palavras:

F – O que o senhor cobrava, além da tabuada, até o quinto ano?

A – Na matemática?

F – Sim!

A – Eram as contas...

F – Não tinham problemas com as quatro operações?

A – Problemas, mais tinha quando eu entrei com números abstratos... abstratos são todos eles, como é que vou explicar...

F – Nas equações?

A – É... eu dava de cada tipo, de mais, de menos, de dividido... mais ou menos do que tinha ensinado e... mas as outras eram... eu tinha ensinado... sistema métrico e os correlatos... É, era isso aí, não tinha, a gente pegava o livro, livro do professor, tinha o de matemática, trabalhava no quadro...

F – Seguia o livro daí?

A – Seguia o livro, simplesmente seguia o livro.

F – De todos esses conteúdos que o senhor ensinou, qual foi o conteúdo que os alunos tinham mais dificuldade para aprender?

A – Geometria... espaço... os números com vírgula, eles se atrapalhavam, esqueciam de botar vírgula e assim por diante.

F – Mas e quando o senhor começou a ensinar os números com vírgula, o senhor usava as ordens?

A – Sim, foi tudo.

F – Ali eles tinham dificuldade?

A – Sim.  
 F – Na divisão principalmente né?  
 A – Sim (THOMAS, 2014).

Desses conteúdos lembrados pelo Professor Álvaro, podemos destacar que estão também no programa mínimo adotado para o quarto ano primário:

Revisão do estudo feito no 3º ano.  
 Sistema métrico: metro, seus múltiplos e submúltiplos. Gramo e litro; seus múltiplos e submúltiplos. Abreviatura: equivalências. Leitura e escrita de frações dessas unidades.  
 Geometria. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 106)

No Programa Experimental aparecem:

Conhecimento, prática e aplicação de medidas com metro, litro e quilograma, meio metro, meio litro, meio quilo. Equivalências do metro, litro e quilograma, respectivamente em meios metros, meios litros e meios quilos. (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

No caso da dificuldade com os números decimais mencionada pelo professor Álvaro, temos que um dos objetivos específicos do programa para o quarto ano era tratar desta questão. Abaixo, destacamos o objetivo e os tópicos do mínimo essencial a ser ensinado:

b) Levar ao domínio de modo completo, das operações fundamentais sobre inteiros e decimais.  
 Fração decimal. Multiplicação de decimais. Casos especiais. Divisão de decimais, sem distinção de casos. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 106)

Apesar de ter sido professora do segundo ano primário, na maior parte de sua trajetória profissional como docente na Escola Rural de Santa Inês, Dona Jandira lembra, quando questionada sobre o ensino de geometria: “geometria sim, as figuras geométricas, perímetros, o quadrado e essas coisas de tirar área”. Esses conteúdos, no programa de ensino de 1939, aparecem como essenciais no quarto ano primário:

Noção de superfície e de área. Metro quadrado; seus múltiplos. Relação entre o comprimento e a largura. Abreviatura, leitura, escrita das unidades de superfície. Equivalência e conversões.  
 Noção de perímetro. Determinação prática do perímetro de superfícies regulares e irregulares. Cálculo do perímetro de triângulos e quadriláteros. Cálculo do lado sendo dado o perímetro. (RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 106)

No Programa Experimental aparece:

Reconhecimento do quadrado do retângulo e do triângulo. Noção de perímetro através de situações práticas, Reconhecimento do círculo. Noções de superfícies curvas e planas, mediante observação e comparação das mesmas. Cálculo do lado sendo dado o perímetro. Área do quadrado, do retângulo e do triângulo (isósceles). (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

Também questionamos os professores sobre os materiais didáticos e objetos de apoio à aprendizagem que usavam em suas aulas. O professor Vidalêncio disse que o que havia naquela

época é o que se tem hoje nas escolas do interior, que hoje existem aparelhos para auxiliar, mas quando não existiam eles improvisavam de uma maneira que pudesse chamar mais a atenção da criança e de modo que pudessem entender melhor, com mais facilidade. Dona Jandira já lembra que existiam materiais, e esses eram feitos pelas próprias professoras:

J – É, os materiais didáticos, sempre teve, quadradinhos com números com sinais com...

F – A senhora produzia esses materiais?

J – Nós fazíamos! Nós fazíamos tudo, nós aprendemos a fazer, nós estudamos né, material didático tinha que tá sempre, e as estagiárias tinham que acompanhar sempre. Era o principal do magistério, era o material didático, cartazes, quadrados, esferas até com madeira a gente mandava fazer sabe, tudo, eram vários materiais didáticos, é o que incentiva o aluno, ele está enxergando, ele está gravando o professor tá explicando e a criança está observando então aquilo tudo ajuda a gravar melhor. (SANTOS, 2013)

Já o Professor Álvaro mostrou-se contrário ao uso do livro didático, pois a matéria vinha de forma muito simplificada. Segundo ele,

A – O principal que eu ensinava vinha dos livros... livro do professor dizia, então vinha a explicação do conteúdo e depois mandava eles trabalhar. O professor tinha uma lista de exercícios quando não tinha isso. Depois mais tarde, começaram a dar... e foi errado, também a matéria todo “esmiuçada” vinha nos livros já, então só precisava explicar e vamos trabalhar, não tinha... só corrigia e ajudava os que não sabiam

F – e o senhor achava errado isso?

A – quanto mais dado e pronto e assimilado eles não entendiam, eles já tinham dificuldade de assimilar, eu achava que era muito dado... (THOMAS, 2014).

Sobre essa questão, materiais didáticos, o Programa Experimental traz, como normativa:

A função do professor deve ser a de conduzir o aluno, com o auxílio de material adequado, à “autodescoberta” e, conseqüentemente, à aquisição de conhecimentos com mais segurança, o que evitará tentativas infrutíferas, portanto, perda de tempo, dispêndio excessivo de energias e desânimo. Material didático variado e significativo deve ser futuramente utilizado pelo professor. Através de sua própria experiência, manipulando coleções de objetos diversos, o aluno irá adquirindo as noções e descobrindo conceitos, processos e relações. O emprego desse material merece especial cuidado por parte do professor, a fim de que possa alcançar satisfatoriamente os objetivos visados, devendo, para tanto, observar as seguintes fases:

1 – Concreta:

- a) material real (crianças, cadernos, livros, brinquedos, etc.)
  - b) material manipulativo (fichas, tampinhas, sementes, etc.)
- 2 – semi-concreta: (ilustrações, gravuras, desenhos, sinais, etc...)
- 3 – simbólica (algarismos). (RIO GRANDE DO SUL, 1959)

Para encerrarmos essa seção, trazemos um trecho da entrevista do Professor Álvaro e outro da entrevista da Professora Helena, que por poucos anos foi professora de quarto ano, falando sobre suas avaliações:

F – E as suas provas?

A – Sim, eram 10 questões subdivididas em outras, depende do tempo que levava para fazer... então por exemplo, na divisão fazia uma conta simples e depois uma com vírgula... (THOMAS, 2014)

F – E como eles eram avaliados, como era a avaliação deles?

H – Prova, a gente fazia uma prova normal com todo o conteúdo que a gente dava e avaliava sobre 7, fazia uma prova de 10 questões cada uma valia 10 pontos.

F – Se eles rodassem na prova eles tinham uma outra chance, recuperação ou exame?

H – Tinha, a gente fazia, no final do ano a gente já fazia com eles. Dava para aqueles que estavam com a nota baixa, dava mais uns dias de aula, os outros já podiam entrar de férias e aqueles que tinha nota baixa a gente dava mais uns dias de aula daquilo que ele não sabia e depois fazia outra prova e daí fazia prova individual, se o teu problema eram frações, tu ia fazer uma prova sobre frações, se o teu problema era, vamos dizer, uma divisão, ia trabalhar com divisão até aprendessem a dividir, tinha que dividir no quadro, não tinha nada que aprender a dividir com material didático, e daí eles, cada um fazia sua prova individual (PEIXOTO, 2013).

### 5.2.5 – O QUINTO ANO PRIMÁRIO

Como já mostramos, na seção anterior, o Professor Álvaro argumenta que não havia quinto ano primário na época em que era professor mas Dona Jandira, que começou e continuou a lecionar na Escola Rural de Santa Inês após a transferência do Professor Álvaro, nos conta que quem sempre dava aula para o quinto ano era a Professora Edite, já falecida: “na quinta então tinha uma professora mais idosa no colégio que ela gostava só da quinta série, dos alunos maiores, a professora Edite”. Logo, não temos muitas informações sobre o que era ensinado nessa etapa do curso primário. Abaixo, segue trecho da entrevista do professor Álvaro onde ele fala que não havia quinto ano quando lecionava em Santa Inês:

F – E o senhor não lembra como era o exame de admissão? Era bem difícil?

A – Era difícil porque no interior **não tinha quinta série**, então eles se preparavam de última hora, procurava alguém que sabia mais...

[...]

F – E o senhor lembra o que o senhor ensinava de matemática?

A – Ah, eu me lembro... fazia questão que eles aprendessem as quatro operações bem e... O que mais... deixa eu destravar a memória (risos)

F – Mas foi bem parecido com o seu tempo, ou o senhor viu coisas a mais?

A – Eu comecei a dar a mais por causa da quinta série **que eles não tinham**, eu dava... eu sei que eu dava um pouco de cada coisa: frações... equações. (THOMAS, 2014, grifos meus)

## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das leituras dos textos de Almeida (2011), Ruth (1952), Weschenfelder (2003), Werle (2005) e das narrativas da Professora Jandira e do Professor Vidalêncio, obtivemos muitas fontes para falar de um peculiar projeto existente nos tempos do ensino primário: os Clubes Agrícolas.

Também das entrevistas e dos textos de Werle (2005) e Moreira (1955), conseguimos apresentar algumas diferenças entre as Escolas Normais e as Escolas Normais Rurais: o Curso Normal Rural era feito após o Primário e concomitante ao Ginásio, enquanto o Curso Normal era feito após o Curso Ginásial. Ainda, comentamos sobre a formação de professores nessas escolas.

Contextualizando o campo de pesquisa, descobrimos vários fatos importantes, entre os quais o de que antes da criação do prédio da escola, eram dadas noções e instruções, segundo Kleinübing (2008) no salão de festas da comunidade e esse espaço era administrado pelo município. Concluimos que a Escola teve a denominação de Escola Rural Isolada de Santa Inês, uma das categorias de escolas rurais apresentadas no Plano de Educação Rural, apenas baseados em uma página do livro de Fichário dos Professores e em trecho da entrevista do Professor Álvaro Thomas.

Concluimos, através das entrevistas, que a maioria dos professores entrevistados escolheram lecionar não só porque tinham tendência ou vocação de aprender para ensinar, mas porque era uma forma de eles ganharem seu próprio dinheiro e adquirirem independência. Outros motivos apresentados foram: o desejo da família e o reconhecimento.

Um das principais conclusões que podemos tirar desse trabalho é que, tanto por parte da Secretaria de Educação, quanto por parte dos professores, havia uma preocupação com que a criança obtivesse habilidades e capacidades específicas para que as usassem em situações da vida. Também observamos que os professores mostraram-se muito preocupados com o ensino e aprendizagem em relação às quatro operações e tabuada.

Observamos certa aversão por parte de alguns professores quanto a lecionar para o primeiro ano primário, pois havia uma preocupação muito maior no que tange à alfabetização (considerada como a aprendizagem dessa leitura e da escrita). Uma consequência dessa ênfase na alfabetização, segundo os professores, é que muitos alunos chegavam ao segundo ano primário com dificuldades de compreensão de leitura e escrita ou, com dificuldades de entendimento em relação às noções básicas de matemática.

Tendo em vista que a “tabuadinha presa” (SANTOS, 2013) era intensamente cobrada no segundo ano primário e que foi um dos conteúdos mais lembrados de ter sido ensinado pelos professores entrevistados, procuramos nos programas de ensino e observamos que os mesmos deixavam bem claro tanto como objetivo específico, “Levá-la [a criança] a reagir com crescente exatidão e rapidez às combinações numéricas fundamentais”, quanto como normativa “introduzirão as práticas indispensáveis à automatização das combinações aritméticas”. Ainda sobre a tabuada, notamos que, comparando a época em que os entrevistados cursavam o primário com a que foram professores, aparentemente deixou de ser cobrada com o mesmo rigor. Segundo os professores, muitos deles, quando eram alunos, deveriam saber até a tabuada do 20, outros até a do 12.

No que toca ao uso de objetos e recursos didáticos que facilitassem a compreensão e aprendizagem pelo aluno, os professores colocam que eram feitos bolos para ensinar frações, repartiam frutas, usavam madeirinhas para medições, quadradinhos com números de sinais. Nos programas não aparecem exemplos de atividades ou materiais que deveriam ser feitos e usados pelos professores mas orientações, em linhas gerais, para o uso desses materiais como auxiliares no ensino, a não ser uma classificação quanto à fase do objeto (concreto, semi-concreto ou simbólico)

Também questionamos os professores sobre o ensino de geometria. O Professor Álvaro lembrou pouco, apenas fez uma ligação com espaço. Já a Professora Jandira nos conta que eram ensinadas as figuras geométricas, perímetros e também áreas, sendo esses conteúdos que, no programa, estão dispostos como mínimo essencial a partir do quarto ano primário. Concluímos que na Escola Rural de Santa Inês, os professores do Ensino Primário, quanto ao ensino de matemática, estavam mais preocupados com o ensino de Aritmética do que com a Geometria.

Outro resultado positivo ao realizarmos a pesquisa foi a experiência vivenciada de investigar, percorrer bibliotecas, ler livros, páginas na internet, ao encontro de legislação, documentos e reportagens que contassem como era conduzida a história da educação rio-grandense na época em questão. As entrevistas também foram muito importantes para a elaboração desse trabalho, pois o contato com a história contada do jeito de cada professor foi muito prazeroso.

Acreditamos que este trabalho pode vir a colaborar tanto para o campo da história oral, quanto para a história do ensino de matemática, considerando que há muito poucos trabalhos publicados sobre a história do ensino de matemática nas escolas rurais do Rio Grande do Sul.

## 7 – REFERÊNCIAS

- A ATIVIDADE e o progresso no setor do ensino público no Rio Grande do Sul. *Jornal do Estado*, Porto Alegre, p. 5, 16 Ago. 1940.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Uma obra referência para professores rurais: Escola Primária Rural. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 20, n. 36, p. 57-68, jul./dez. 2011.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e Abusos da História oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BARALDI, Ivete; GAERTNER, Rosinete. História Oral e Educação Matemática: alguns princípios e procedimentos do entrelaçamento. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL, IV. *Anais...* Santa Catarina: 2007.
- BÚRIGO, Elisabete Zardo. Aritmética nas escolas primárias gaúchas na primeira metade dos 1900: o ensino prescrito. *História da Educação*, v. 18, n. 44, 2014.
- CAMARGO, Vidalêncio Luis de. *Entrevista concedida a Ricardo Braun Schneiders em 17 de Janeiro de 2014*. São Luiz Gonzaga: 2014. Documento não publicado.
- CORSETTI, Berenice; KISTEMACHER, Dilmar; PADILHA, Alessandra Vieira. A política educacional no Rio Grande do Sul e a questão da Nacionalização do Ensino (1930/1945). *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, n. 23, p. 173-192, Set/Dez. 2007.
- ESCOLA NORMAL RURAL. Resumo do discurso pronunciado pelo Dr. Coelho de Souza, Secretário da Educação, Por ocasião de sua Inauguração. *Jornal do Estado*, Porto Alegre, p. 2, 6 jun. 1941.
- GOMES, José. *História de São Luiz Gonzaga*. São Luiz Gonzaga: Gráfica A Notícia Ltda., 1979.
- KLEINÜBING, Odete Teresinha Hoff. *Distrito de Santa Inês – Origens e Formação*. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2008.
- MOREIRA, João Roberto. *A Escola Elementar e a formação do professor primário do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: INEP, 1955.
- PEIXOTO, Helena dos Santos. *Entrevista concedida a Fernando Augusto Braun Peixoto em 16 de Novembro de 2013*. São Luiz Gonzaga: 2013. Documento não publicado.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 8020 de 29 de Novembro de 1939. In: \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação e Cultura. *Coletânea de Atos Oficiais*. V. II. Porto Alegre: 1957.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4850 de 29 de Janeiro de 1954. Aprova o plano do Ensino Rural no Estado. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, RS, v.1, n. 167, 5 fev. 1954, p. 13209-13213.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. CPOE. *Boletins do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional*. Porto Alegre: SEC/CPOE, 1952-1953.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. CPOE. *Programa Experimental de Matemática*. Curso Primário. Porto Alegre: 1959.

SANTOS, Jandira Vieira dos. *Entrevista concedida a Fernando Augusto Braun Peixoto em 17 de Novembro de 2013*. São Luiz Gonzaga: 2013. Documento não publicado.

SILVA, Ruth Ivoty Torres da. *A Escola Primária Rural*. Porto Alegre: Globo, 1952.

THOMAS, José Álvaro. *Entrevista concedida a Fernando Augusto Braun Peixoto em 17 de Janeiro de 2014*. Salvador das Missões: 2014. Documento não publicado.

VALENTE, Wagner Rodrigues. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. *Revemat: Revista Eletrônica de Educação Matemática*, v. 2, p. 28-49, 2007.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Contextualizando a escola rural: Rio Grande do Sul final do século XIX e início do XX. *Série Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, Campo Grande, n. 20, p. 97-110, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Ensino Rural e legitimação das ações do Estado. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 13, n. 39, p. 771-792, mai./ago. 2013.

WESCHENFELDER, Noeli Valentina. *Uma história de governo e de verdades – Educação Rural no RS 1950/1970*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

## 8 - APÊNDICES

### 8.1 - ENTREVISTA COM O EX-PROFESSOR DA ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS PROF. JOSÉ ÁLVARO THOMAS

A – ÁLVARO

F – FERNANDO

C – Celito [filho do professor, ajudou a guiar a entrevista]

F – Conte-me assim, brevemente, um pouco sobre sua trajetória desde seu ingresso na escola, no ensino primário, até a sua entrada lá na Escola Rural de Santa Inês, pode ser bem breve... como foi assim, desde que o senhor começou a estudar, até o senhor entrar lá na Escola de Santa Inês.

A – Isso foi 1950...

F – Quando que o senhor estudou? Quando o senhor entrou como aluno?

A – Para fazer o primário?

C – Quando que o pai começou a estudar?

F – Deve ter sido a mesma época que a vó e o vô?

C – Aqui no colégio, que tinha ali perto da igreja?

A – Ah, ali sim. Eu tinha 6 anos.

F – Nasceu em?

A – Em 33.

F – Então foi em 39?

A – 39.

F – Foi o primário de 4 anos ou de 5?

A – No começo foi de 4 e depois passaram pra 5, lá em Santa Inês.

F – O senhor fez quatro anos só?

A – No primário?

F – É!

A – Não, eu fiz 5.

F – 5 anos.

A – 2 vezes.

F – Ah...

A – Porque não tinha outro e nós não tinha o que fazer [em casa] daí o pai nos mandava repetir

F – De novo? Repetir? Mas desde o início?

A – A quinta!

F – Ah, repetiu a quinta... e o senhor prestou o exame de admissão?

A – Em Cerro Largo o exame de admissão

F – Para entrar no La Salle?

A – É.

F – E o senhor tem alguma lembrança assim de como é que ele era... difícil?

A – Quem lidava conosco, em 1947, 48 eu fui à aula do Irmão Gabriel.

F – Era o normal rural né? La Salle em Cerro Largo?

A – É!

F – Foi em 1947?

A – É 47, 48 e daí eu fui um ano e meio no seminário, 49... É 47, 48 eu fui ao seminário, 49 eu já estava em casa.

F – E o senhor sempre morou aqui em Salvador das Missões?

A – Sim, para ir para fazer o La Salle, ia para casa, ia a pé. Eram 12, hoje são 11 km, eram 12km. Eu ia sábado de tarde pra Cerro Largo e domingo de tarde, eu voltava para lá.

F – Era interno?

A – Semi-interno, parava lá na minha tia.

F – Foi lá, no Normal Rural, que o senhor aprendeu para dar aula?

A – Sim, eles ensinavam diretamente, formavam o professor para dar aula.

F – Para dar aula em escola rural?

A – Em escola rural, no interior.

F – Aprendia, além das disciplinas de didática, aprendia coisas técnicas?

A – Isto.

F – Eram só homens nessa escola?

A – Sim, no começo até pouco tempo... tinha a Escola Normal Rural La Salle e tinha o Anunciação, que era de freiras e era separado.

F – Lá, o que o senhor aprendia para dar aula de matemática? O senhor lembra alguma coisa do que eles ensinavam?

A – Direto no quadro negro.

F – E quando o senhor estudou, lembra o que mais estudava? (Quando o senhor era aluno, no primário)

A – A tabuada e os verbos.

F – Era o que mais ensinavam? Tinha que sair do primário sabendo?

A – Tudo de cor!

F – Mas isso já no primeiro ano e no segundo ano. Tinha que saber... E o que mais aprendiam?

A – Catecismo, pergunta e resposta. Isto quem tem minha idade ou já passaram, pode fazer a primeira pergunta do catecismo eles respondem [quem estudou o catecismo da idade dele ou mais velho sabe responder]

F – Mas de matemática, o senhor...

A – Era as quatro operações!

F – Geometria não tinha nada? Tipo área e essas coisas não?

A – Não, no começo não.

F – Hum... Ou o senhor foi aprender isso lá no Normal Rural?

A – Lá sim.

F – Então era mais aritmética: quatro operações... E depois, tinha que saber a tabuada de cor.

A – Bem “sabida”, até 20 muitos sabiam de cor.

F – Em relação a ordem e disciplina, como era na sala de aula?

A – No primário?

F – É!

A – Tinha só um professor, ele dava aula para 4 turmas e depois para cinco. Ele dava um tema, para terceira e quarta e “punha” um serviço no quadro negro e daí já chamava atenção dos outros menores...

F – Era tudo na mesma sala?

A – Tudo numa sala só.

F – Ele era rígido?

A – Ele era rígido sim. As vezes tinha 50 crianças na sala de aula, e todo mundo estava trabalhando, mas sempre tinha os espertinhos. Mas era... Dominava direitinho.

F – E o senhor não lembra como era o exame de admissão? Era bem difícil?

A – Era difícil porque no interior não tinha quinta série, então eles se preparavam de última hora, procurava alguém que sabia mais...

F – Para o Normal Rural não precisava? Ou precisava também?

A – O primeiro exame que eu fiz para entrar na escola qualquer ali, primeiro foi...como é que dizia... admissão ao ginásio.

F – Esse o senhor fez?

A – Esse eu fiz. Eu tinha, eu fiz 5 anos de escola primária, fiz a segunda vez a quinta série, depois passou, saí do seminário com 13 anos, aí eu fui pra lavoura. E aí quando eu tinha 21 anos, quando eu fiz o vestibular que eles chamavam.

F – E o senhor entrou em Santa Inês então em 1960?

A – Sim e saí em 1969.

F – Já entrou dando aula?

A – Sim, primeiro ano em Porto Lucena, e o segundo ano eu fui pra Santa Inês.

F – E o senhor dava aula pra quem lá? Para todos os anos ou para um ano só?

A – Tinha só uma professora lá, estava com 150 e poucas crianças e eu entrei lá, peguei a direção e fui trabalhando... e já no primeiro ano mais da metade, apareceu mais uma professora, mas antes disso, ela dava para 150 alunos, eram vários alunos e dava aula sozinha, e depois eu entrei peguei a direção e comecei a trabalhar para e como é que chamavam, primeiro Escola Rural...tinha várias titulações, no primeiro ano era Escola Rural Isolada de Santa Inês, depois quando veio mais duas professoras, aí foi Escola Rural Reunida, depois passou a ser a transformação em Grupo Escolar Rural, mas daí eu já estava fazendo mudança pra cá.

F – Mas lá em Santa Inês, o senhor assumiu turma? Deu aula pra criança?

A – Sempre pra duas, as vezes até pra três.

F – Três turmas de diferentes anos?

A – Sim, é evidente... pegava primeira e terceira, quarta e quinta. Segunda e quarta... e quinta. Eu tinha metade do tempo três turmas, três classes.

F – E o senhor lembra o que o senhor ensinava de matemática?

A – Ah, eu me lembro... fazia questão que eles aprendessem as quatro operações bem e... o que mais... deixa eu destravar a memória (risos)

F – Mas foi bem parecido com o seu tempo, ou o senhor tinha coisas a mais?

A – Eu comecei a dar a mais por causa da quinta série que eles não tinham, eu dava... eu sei que eu dava um pouco de cada coisa: frações... equações

F – Equações também?

A – Dava, mas bem simples... Frações decimais também... Números Romanos, tudo isso era...

F – E todas as operações também, com frações e com números decimais?

A – Sim...

F – Geometria nada? Área, unidades de medida?

A – Ah sim... Metros quadrados, metros cúbicos...

F – Transformações, todas elas?

A – É..

F – Calcular volume?

A – Isso nós fazíamos sim...

F – Então o senhor preparou alunos para fazer o exame de admissão?

A – Isso...

F – Lá no quinto ano, na quinta série?

A – Isso...

F – E como é que o senhor fazia para ensinar frações? Ia só para o quadro negro ou ensinava com mais alguma coisa?

A – Usava madeirinhas... Começava com o metro, decímetros... Mas a gente fabricava as coisas... Muitas das coisas mandavam fazer e eles traziam.

F – Então para ensinar frações, usava coisas com madeira mesmo? Repartia...

A – Ou era pintado com lápis de cor...

A – Fazia assim um quadrado, e ali repartia então... os decímetros, os centímetros, os milímetros... mais longe a gente não ia...três casas depois da vírgula!

F – O senhor fazia uso de outros objetos de aprendizagem?

A – Vinha da delegacia, vinha algumas coisas, mas muito pouco... Vinha vassoura, giz, umas coisinhas assim... Lápis e caderno vinha...

F – Mas o senhor usava mais o quadro negro?

A – 80% era o quadro negro.

F – Porque as vezes a matemática fica muito no abstrato... e daí tem às vezes tem que trazer pra realidade... como é que o senhor fazia, porque as vezes o aluno não entende né? Não tinha alunos com muita dificuldade?

A – Tinha, sempre tinha.

F – E o que o senhor fazia com eles?

A – Deixava em casa! Tinha um aluno lá que rodou uma série depois da outra até a quarta, daí eu mandei ficar em casa. Mas deixava acompanhar a turma.

F – Não entrava na cabeça dele?

A – Não entrava, não tinha jeito.

F – O senhor como professor, até o quinto ano, para sair do primário, o aluno tinha que saber o que de matemática?

A – A tabuada. Mas já estava parando... Já tinha gente fazendo, na secretaria da educação, fazendo barulho contra “o decoreba”, mas foi só dois anos e daí eles viraram. Mas ficaram bem quietos, a delegacia de ensino. Era mais no abstrato mesmo a matemática, mas eu explicava bem, eu cuidava muito no começo, quando eu dava matéria nova, aí eu não queria ouvir nenhum ruído, senão voava giz...

F – Assim era o seu castigo?

A – É!

A – É... o Nilo foi meu aluno, o Nilo e a Irene.

F – O que o senhor cobrava, além da tabuada, até o quinto ano?

A – Na matemática?

F – Sim!

A – Eram as contas...

F – Não tinham problemas com as quatro operações?

A – Problemas, mais tinha quando eu entrei com números abstratos... abstratos são todos eles, como é que vou explicar...

F – Nas equações?

A – É... eu dava de cada tipo, de mais, de menos, de dividido... mais ou menos do que tinha ensinado e... mas as outras eram... eu tinha ensinado... sistema métrico e os correlatos.. É, era isso aí, não tinha, a gente pegava o livro, livro do professor, tinha o de matemática, trabalhava no quadro...

F – Seguia o livro daí?

A – Seguia o livro, simplesmente seguia o livro.

F – E de todos esses conteúdos que o senhor ensinou, qual foi o conteúdo que os alunos tinham mais dificuldade para aprender?

A – Geometria... espaço... os números com vírgula, eles se atrapalhavam, esqueciam de botar vírgula e assim por diante.

F – Mas e quando o senhor começou a ensinar os números com vírgula, o senhor usava as ordens?

A – Sim, foi tudo.

F – E ali eles tinham dificuldade?

A – Sim.

F – Na divisão principalmente né?

A – É. O principal que eu ensinava vinha dos livros... livro do professor dizia, então vinha a explicação do conteúdo e depois mandava eles trabalhar. O professor tinha uma lista de exercícios quando não tinha isso. Depois mais tarde, começaram a dar... e foi errado, também

a matéria todo “esmiuçada” vinha nos livros já, então só precisava explicar e vamos trabalhar, não tinha... só corrigia e ajudava os que não sabiam.

F – E o senhor achava errado isso?

A – Quanto mais dado, pronto e assimilado eles não entendiam, eles já tinham dificuldade de assimilar, eu achava que era muito dado...

F – O senhor preferia mesmo, introduzir o assunto?

A – É, muitas vezes eu fazia isso... e depois que passaram o livro para o aluno eu comecei a querer a botar o livro do lado. E tinha que cuidar para não escrever, tinha que ser a lápis, porque daqui alguns anos, em casa se tinha uma dúzia de filhos, passava o livro um para o outro, e se um escrevia forte ou com o lápis de tinta como chamavam, aí esculhambavam tudo...

F – Tem alguma lembrança que tenha marcado o senhor como professor? Aluno com muita dificuldade por exemplo...

A – Tinha... vinham alunos com faca na bota, e daí começavam uma briga já puxavam a faca mas, isso eu controlei tudo, a gente era Juiz, era delegado...era tudo, até na igreja, a gente fazia praticamente tudo, só não rezava a missa. Mas assim, no geral, a turma, só foi no começo, porque quando entrou a quinta série, então apareceu muita gente com mais de 15 anos, 18, 20...25...

F – Para se preparar para o exame?

A – Não, eles nem se lembravam... estudavam porque era filho de fazendeiro, então para não incomodar em casa, mandava pra escola.

F – E como eram as suas avaliações? Eram difíceis?

A – Fazia 10 questões chave e cada questão fazia perguntas....

F - Tinham muitas reprovações? Os alunos rodavam?

A – Não...geralmente passava 80, 90% passava...

F – E as suas provas, eram 10 questões?

A – Sim, eram 10 questões subdivido em outras, depende do tempo que levava para fazer... Então por exemplo, na divisão fazia uma conta simples e depois uma com vírgula e depois é... Como é que chamavam... exercício, vinha no livro, tem um nome especial, já estou meio esquecido...

F – As operações?

A – É, as operações...

F – Tem alguma lembrança boa como professor?

A – Na vida, como professor?

F – É!

A – O dia que eu não me esqueço é do dia que eu recebi o papel para me aposentar. (risos)

F – Já estava cansado de dar aula?

A – É... eu deixei, agora também está acontecendo, eles querem subir com a idade, para se aposentar, então naquele tempo que eu estava para me aposentar também começaram com isso, primeiro era 30 anos de aula, podia se aposentar, não implicava em nada... no ano seguinte, já ia aumentar a idade... e daí eu fiquei com medo e sai. Desisti. Deixei de requerer direção, quem tem 5 anos seguidos, ou 10 intercalados podia requerer o salário da direção, eu não fiz, e naquele ano que eu me aposentei podia fazer.

## 8.2 - ENTREVISTA COM A EX-PROFESSORA DO COLÉGIO RURAL DE SANTA INÊS HELENA DOS SANTOS PEIXOTO

F – FERNANDO

H – HELENA

F – A senhora ingressou no primário em que ano?

H – 1973.

F – Mas como professora?

H – Sim.

F – Mas lembra quando tu entraste como aluna?

H – Como aluna... aluna do primário?

F – Sim.

H – 1960.

F – Mas onde a senhora cursou o ensino normal? Foi em São Luiz Gonzaga mesmo?

H – O primário?

F – Não, o magistério?

H – Ah tá, em Cerro Largo!

F – No Colégio das Freiras [Instituto Nossa Senhora Anunciação]?

H – É.

F – Como foi sua formação, era preparado mais para dar aula de...

H – No normal, curso normal?

F – Isso.

H – Era mais a didática da matemática, como ensinar matemática no ensino primário? Trabalhinho, a gente fazia de tudo que é tipo de trabalho, para passar para as crianças para aprender... e assim, mais era um trabalho em cartolina, coisinhas que hoje é sucata que a gente chama, a gente fazia trabalhinho...

F – Mas porque tu escolheu lecionar?

H – Gostava, desde nova a gente tinha essa tendência de aprender para ensinar a alguém, ainda mais nós que morávamos no meio rural, não tinha outra opção de trabalho, uma das opções é que era uma maneira de ter um emprego.

F – Se quisesse trabalhar e ganhar teu dinheiro tinha que ser assim?

H – Tinha que ser professora, não tinha outra coisa eu nasci e me criei no interior, e daí a gente foi estudando fazendo magistério e a gente foi aprendendo a gostar de dar aula.

F – E a senhora começou a lecionar em 1973 mesmo?

H – Sim, a dar aula foi em 1973.

F – E a senhora pegou o que foi chamado de Movimento da Matemática Moderna, (quando vieram com os blocos lógicos)?

H – Mas isso foi muito depois!

F – Mas chegou a aplicar?

H – Não, porque daí eu já não dava mais aula eu logo fui para supervisão e daí fui para vice direção e daí eu dava aula de quinta a oitava, quando eu comecei, tema de Moral e Cívica, [história] então tenho só dois anos de currículo de aula para primário, para as classes de terceiro e quarto ano.

F – Não chegou a preparar uma turma para o exame de admissão? Ou não tinha mais?

H – Não, não tinha mais. Tinha quando eu fiz o exame de admissão, quando eu comecei a trabalhar não tinha mais.

F – Era difícil?

H – Claro, tinha que saber tudo que é coisa, português, história, matemática principalmente e português eram as coisas mais... esse eu fiz.

F – E quando a senhora estudou matemática, como é que a senhora aprendia? Não lembra como os seus professores ensinavam, tinha rigidez?

H – Claro, rigidez sim... mas credo, isso era... as aulas eram muito diferentes de hoje em dia, mas totalmente diferente, tanto na rigidez dos professores com os alunos como com o conteúdo, tinha que saber e antigamente ninguém passava sem saber, hoje em dia todo mundo passa sem saber, não sabe nada e passam, porque não pode rodar, não vai para frente. Antigamente, se tu não soubesses, tu não passavas, repetia o ano e não passava e os pais favoreciam os professores. Os pais, tinham que fazer com que os alunos aprendessem e obedecessem também os professores e era um tempo muito bom porque a gente sabia valorizar o trabalho do professor, valorizava o professor e a gente também tinha respeito e tinha educação e nas aulas de matemática por exemplo, se tu não soubesse a tabuada tu ficava de castigo estudando a tabuada até saber, porque depois aparecia um cálculo de multiplicação tu não precisava mais andar folhando para procurar a tabuada, tinha que sabe de cor, e as quatro operações tinha que saber.

F – Mas na tua época, quando tu fizeste o primário, eles priorizavam isso né, as quatro operações, mas e nada além disso ou foi...

H – Não, fazia assim: depois disso aí, tudo que é tipo de problema envolvendo as quatro operações porque antigamente, no tempo que eu estudei, não existia essa matemática moderna, que depois surgiu aquilo era só matemática, matemática mesmo, baseada nas quatro operações.

F – Mas vocês não calculavam área, não tinha um pouco de geometria?

H – Não, isso depois, isso lá a diante... sei eu se eu peguei isso no ginásio daí, de primeiro a quinto ano, porque depois do quinto ano eu fiz exame de admissão para entrar no ensino ginásio aí sim a gente aprendeu sim, mas igual era uma matemática muito mais puxada e boa de estudar e boa de calcular, fazia cada cálculo lá e depois a gente tinha isso no ginásio, depois quando eu fiz o magistério já não tinha matemática nenhuma a não ser a didática da matemática.

F – E o primário foi aqui mesmo? Em Santa Inês?

H – Não, eu estudei em São Luiz Gonzaga o primário, no Senador. [Grupo Escolas Senador Pinheiro Machado]

F – Esse Movimento da Matemática Moderna aqui não usavam muito né, os blocos lógicos...

H – Não, quando eu comecei não, isso depois que começou a parecer... Isso bem mais tarde, nem me lembro quando, mas eu me lembro que houve, que daí os professores começaram a trabalhar, mas em que ano foi isso eu já não me lembro mais, mas a Leane trabalhou já com isso aí, só que eu não me lembro em que ano que foi. Foi bem depois... quando eu comecei em 1970 até 1980 e poucos...

F – É que até chegar no meio rural... Bom, e quando tu deste aula de matemática, era assim, que nem tu aprendeu?

H – Era assim.

F – Não tinha livro?

H – Livro de matemática?

F – É.

H – Não... para a gente tinha os livros que a gente ocupava e usava para tirar exemplos de... que a gente ia passar para os alunos, tirava a matéria, por exemplo, MMC, MDC e essas coisas, tudo que gente dava no quarto e quinto ano.

F – Divisibilidade e essas coisas?

H – Quarto e quinto ano essa matéria. Antes, até o terceiro, era as quatro operações todas fundamentadas e os problemas, depois já começou isso aí, esses conteúdos, daí a gente tinha livro pra gente se basear, mas aluno não tinha livro, tudo era no quadro que ensinava tudo no quadro.

F – E como é que...

H – É que a gente não se lembra mais os conteúdos bem certinho para dizer...

F – É que passa muito tempo...

H – É, muito tempo...

F – Vocês não tinham diários de classe? Como é que era?

H – Tinha... tinha que fazer, tudo que a gente ia passar para o aluno tinha que estar escrito no diário de classe, conteúdo desenvolvido ali.

F – E tinha que ser entregue pra direção num prazo?

H – Sim, no estágio a gente entregava para as irmãs, as irmãs levavam. No meio ano que eu fiz estágio elas levaram depois corrigiam pra fazer a avaliação, mas depois pra direção não, isso... quem sabe a delegacia de educação tinha que antigamente vinha fazer uma revisão, ver como é que estavam dando aula quem sabe, de tempo em tempo vinham, mas era muito difícil porque a delegacia de educação era em Santo Ângelo, nem era em São Luiz... não tinha aqui, tinha lá e era coisa difícil, mas ela lá de vez em quando eles vinham fazer uma supervisão nas escolas e olhavam, os cadernos, os professores tudo, olhavam os cadernos dos alunos...

F – A senhora não ficou com algum desses diários?

H – Não... isso a gente não guarda, de muitos anos, de 1970...

F – E desse exame de admissão que a senhora fez, pro ginásio, ele era tão difícil que tinha mais do que só as quatro operações? Ele ia muito além?

H – Claro, claro...os professores tinham que no quarto e no quinto ano a gente já tinha que estudar mais coisa de matemática, mesmo que português, história e geografia, a gente estudava mais coisas... mas eu não me lembro mais o que era que entrava... operação, fração essas coisas tudo...

F – Frações, como tu ensinava?

H – A gente pegava na escola as vezes, se a gente podia a gente fazia um bolo levava e repartia para mostrar as frações, dividia em partes né,  $2/3$ ,  $5/3$ ,  $4/8$  essas coisas ou faziam em laranjas, ou em cartolinas sabe... isso a gente fazia, era o ensinar mais prático.

F – Mais concreto né. E os seus alunos, eles eram comportados, ou eles eram mais tinosos?

H – Mas capaz... Eles eram comportadíssimos! Isso que quando eu comecei, fiz o estágio com o terceira ano, depois naquele ano eu já continuei, de agosto em diante, continuei naquela turma, era um contrato em Santo Ângelo [com a Delegacia de ensino], e já continuei naquela turma, no outro ano peguei, já era quarto ano, peguei e continuei com aquela turma, e era uma turma de 48 alunos numa sala só, a maioria tudo era grande antigamente, não tinha criança pequena como hoje em dia, oitava série são pequeno, lá não era quarto ano e tudo grande já, “baita de uns marmanjão” e eram comportados, não tinha essa mal criação que existe hoje nas escolas, nunca, nunca... Jamais! Ainda mais no meio rural, que os filhos tinham respeito pelos pais, e os pais faziam respeitar os professores também... Depois que isso aí [respeito] foi perdendo espaço, os professores foram perdendo isso aí, mas aprendiam o que tu ensinavas, rodava aquele que realmente não sabia, mas eles aprendiam, estudavam, faziam tema e se esforçavam.

F – Tinham trabalhinhas ou era mais prova?

H – Não, tinham sim, tinha trabalho, dava trabalhinhas pra eles também... Fazia como tema, alguma coisa em casa, que apesar que os alunos antigamente poucos tinham, ainda mais na colônia, tempo de estudar, porque todo mundo trabalhava na roça, ajudando os pais, os pais todos tinham 8, 10 filhos, trabalhavam na roça, trabalhar pra tirar a comida da lavoura, então eles também tinham pouco tempo de estudar, hoje não, criança não trabalha, não ajuda, hoje tem muito mais recurso também, televisão, computador.

F – E a senhora usava o quadro bastante?

H – Mais o quadro negro e daí chamava eles para resolver cálculos no quadro para ajudar, era uma maneira de fazer diferente para eles aprender, porque numa turma de 48 alunos não tinha condições de atender um por um, a gente chamava aquele que tu achavas que estava um pouquinho mais fraco, chamava para ajudar e os outros acompanhavam.

F – E os melhorzinhos assim, vocês não pegavam eles para ajudar?

H – No quadro sim.

F – O teu estágio foi em Santo Ângelo?

H – Não, o estágio foi aqui em Santa Inês. Fui contratada depois que terminei o estágio e a diretora da escola foi na delegacia de Santo Ângelo e daí ela pediu para que eu continuasse trabalhando na escola e daí já fiquei trabalhando.

F – Tinham muitos alunos?

H – Muito aluno, mais de 200 alunos quando eu entrei aqui em 1973.

F – E ainda tinham os galpões que davam aula?

H – É, tinha aula lá, na escola não chegava pois as turmas eram muito grandes.

F – E como eles eram avaliados, como era a avaliação deles?

H – Prova, a gente fazia uma prova normal com todo o conteúdo que a gente dava e avaliava sobre 7, fazia uma prova de 10 questões cada uma valia 10 pontos.

F – Se eles rodassem na prova eles tinham uma outra chance, recuperação ou exame?

H – Tinha, a gente fazia, no final do ano a gente já fazia com eles. Dava para aqueles que estavam com a nota baixa, dava mais uns dias de aula, os outros já podiam entrar de férias e aqueles que tinha nota baixa a gente dava mais uns dias de aula daquilo que ele não sabia e depois fazia outra prova e daí fazia prova individual, se o teu problema eram frações, tu ia fazer uma prova sobre frações, se o teu problema era, vamos dizer, uma divisão, ia trabalhar com divisão até aprendessem a dividir, tinha que dividir no quadro, não tinha nada que aprender a dividir com material didático, e daí eles, cada um fazia sua prova individual.

F – Tinha pouco material didático?

H – Muito pouco! Quase nada, mais era baseada nas quatro operações, tinha que fazer as outras coisas assim.

F – Tu tens alguma lembrança de algum aluno teu que te marcou assim, ou ele era muito estudioso, ou ele tinha muita dificuldade?

H – Ah isso tinha, tinha um aluno que tinha problema de aprendizagem e daí inclusive eu tinha um aluno que rodou três anos na mesma série, no quarto ano, sempre com o mesmo problema, de certo ele tinha problema de cabeça, só que não tinha recurso para ele, e daí tu ensinava, ensinava... até que ele conseguia passar, isso eu tive um que levou três anos para sair da quarta série.

F – E os teus alunos já não prestavam mais o exame de admissão?

H – Não, eles não. De certo ali quando houve a reforma do ensino, acho que foi 1971, que saiu, caiu for. Houve uma reforma do ensino daí eu comecei em 1973 a dar aula aqui, daí já não tinha mais...

F – A senhora deu aula de história porquê?

H – Por que aqui não tinha ninguém, não tinha professor de história.

F – Sua formação mesmo era professora de séries iniciais?

H – Sim, mas daí eu comecei a fazer pedagogia.

F – Mas isso foi bem depois, foi na época em que a senhora já era diretora?

H – Foi antes, não demorou muito tempo, daí eu comecei a fazer a faculdade daí ela foi lá [a diretora] e pediu, quem estava fazendo faculdade já ganhava contrato.

F – Na URI em Santo Ângelo?

H – Não, em Ijuí.

F – Começou e se formou quando?

H – Acho que me formei em 1978 ou 1979, foram 4 anos, nas férias, fazia de férias.

F – E o Curso Normal, levou quantos anos para se formar?

H – Três anos. Existia o Normal Rural, eu não fiz o Rural... Quem fez foi a Dona Edite, a Pacífica, a Jandira... Essas fizeram o Normal Rural, destinadas a trabalhar no meio rural... O meu não, o meu já era Normal Ginásial, formava no Magistério, mas daí tinha que ter o ginásio

primeiro, os quatro anos de ginásio para depois entrar nesse e elas saíam do ensino primário e já entravam no Normal Rural direto.

### 8.3 – ENTREVISTA COM A EX-PROFESSORA DA ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS JANDIRA VIEIRA

F – FERNANDO

J – JANDIRA

M – MARIZETE (FILHA DA PROFESSORA)

J – [...] Tinha que ensinar como pegar no lápis, tinha que ensinar tudo, não sabiam nem fazer rodinha então era o fim do mundo.

F - Não tinha caderno de caligrafia, essas coisas?

J – Tinha, mas não era na primeira, era mais para diante...

F – Era mais para melhorar então?

J – É, mas a tua parte não é o português... A tua parte é a matemática.

F – A senhora estudou também no primário? Quando a senhora fez a sua...

J – Alfabetizada?

F – É!

J – Sim, claro entrei na primeira série, direto.

F – Isso foi na década de 1940, 1950?

J – Eu entrei com 8 anos, nasci em 1943...  $1943+8 = 1951$ , foi com 8 anos. A minha vó me colocou direto interna em Caibaté, no colégio de irmãs, eu estudei três anos em Caibaté, e depois nos fomos pra Cerro Largo, a gente estudava sempre no colégio de freiras, a pedido do vovô, por que a vó sempre... ela que me criou, porque quando ele estava bem “doentinho” ele já fez um pedido para vó: Ordália, eu vou te deixar a minha pensão e tu vai ter condições de dar estudo para minha pretinha, e para o meu turquinho – que é o meu irmão Davi – éramos nós dois, que tinha na época de neto.

F – Então a senhora estudou no mesmo colégio de freiras que Professora Helena?

J – Isso, foi no Instituto Anunciação onde eu estudei.

F – E foi lá que a senhora fez o Magistério (curso normal)?

J – Sim, foi lá, e depois, mais tarde, existia uma adaptação, porque o meu curso de magistério, era o Normal Rural, em vez de eu fazer o Ginásio, eu fiz o Normal Rural, nós estudávamos o dia todo.

F – Mas ele era diferente pelo que?

J – Lá nos estudávamos matérias técnicas.

F – Mais de agricultura assim?

J – Sim, além do currículo que tinha que estudar do magistério, estudávamos matérias técnicas: zootecnia, falava dos animais, agricultura e não me lembro o que mais mas, para cada matéria técnica, tinha um professor especializado e dessa parte de agricultura, de hortifrutigranjeiros, nós aprendemos: poda, enxertia... As lavouras de tomate, fazer o “desbaste”, tudo o que precisava – era o técnico isso aí –.

F – Mas isso a senhora nunca precisou lecionar né?

J – Não, alguma coisa sim, aqui tinha Técnicas Agrícolas, tinha saber lidar na horta, etc. Mas eu lembro que o colégio aqui em Santa Inês, ele é um colégio rural, então ele tinha as matérias técnicas para ensinar, mais tarde veio a “UMIT”...

F – Ela era Escola Rural de Santa Inês?

J – Isso aí.

F – Depois virou Dom Jaime?

J – Sim, mas sempre continuou rural, foi fundada, ela era uma escola...

F – Mas a única atividade, a única disciplina que tinha, era Técnicas Agrícolas que era diferente?

J - Diferente aqui, sim.

F – Como que eram as suas aulas? (Primeiro quando a senhora era aluna) A senhora lembra de alguma coisa? (Em relação à matemática)

J – Quando eu fui aluna?

F – Sim.

J – Era uma das matérias que eu mais adorava e, de primeira a quinta série, que eu tirava nota 9 e 10 na matemática. Depois, quando entramos já na sexta série que era o primeiro ano já do Normal, quando veio a matéria Álgebras, eu me perdi sabe... Então daí eu me pegava com colegas que entenderam bem a matéria, não estava entendendo como entrava aquela álgebra, daí eu sofri um pouco, eu pedalei um pouco, tirava 6, 6,5, 7, por causa da explicação das minhas colegas que daí eu fui me entrosando.

F – Não era visto nem um pouquinho de Álgebra no Primário?

J – Não.

F – E geometria assim, não calculavam áreas?

J – Ah não, geometria sim, as figuras geométricas, perímetros, o quadrado e essas coisas de tirar área.

F – Se via um pouquinho?

J – É, isso aí sim, mas álgebra é aquela parte que tu tem que montar um tipo de fração, com muita letra, muita coisa de enrolar...

F – Era o “x” e o “y”?

J – Naquela parte eu estava meio perdida, mas depois não, depois passou aquilo.

F – E para os seus alunos tu não precisou ensinar?

J – Para os meus alunos essa parte não teve.

F – Era o que mais?

J – Até para primeira série eu dei aula um ano só. Alfabetizei uma turma. Mas eu, quando chegou nas férias de Julho assim eu estava, eu não dormia, perdia o sono eu pensava assim eles não vão aprender, não vão aprender [ a ler e a escrever].

F – Era essa a preocupação maior?

J – Preocupação maior! Mas depois que passou as férias de julho que daí eles descansaram, aquelas duas semanas, quando eles voltaram, parece que eles voltaram inspirados, daí eles assim, pareciam ovos que estavam chocando, que eles abrem todos, mas daí eu chorei de alegria (risos).

F – É bom, não é?

J – Então aquela coisa em mim, a eu não quero dar aula pra primeira série, eu vou seguir com a minha segunda, então cada professora ganhava uma turma pra lecionar vários anos a mesma, aí depois quando eu comecei a lecionar aqui em Santa Inês que eu estagiei aqui foi com a terceira série, ai depois daí então me passaram pra segunda, daí a gente tinha um pouco de dificuldade na segunda, tinha alunos que as vezes não passavam bem alfabetizados e eram um atraso para os outros, estavam bem alfabetizados mas eu tinha que rever e voltar atrás, por causa dos outros que não acompanhavam bem.

F – Ainda passavam então que não estava bem preparado?

J – É, porque olha, se tu fizer uma primeira série mal feita que tu não passava bem alfabetizado, isso vai te incomodar longe, vários anos, tu vai ficar com deficiência de trocar letra e escrever mal, ler gaguejando, todo assim, porque tu não aprendeu corretamente e isso aí é uma trava e a gente tentava mudar aquela situação deles, mas dava serviço.

F – E quando a senhora preparava as suas aulas, mais a parte de matemática, a senhora tirava de algum livro?

J – Tirava de vários livros, pesquisava em tudo e seguia o currículo da série, o que tinha que ensinar na série, dividia tudo um tanto para cada mês, nós chegávamos até o final de outubro, novembro ali já terminava todo o currículo. Mas a base principal da matemática Fernando, era a tabuada!

F – A tabuada...

J – Eu aprendi as tabuadas do 2 ao 12 na segunda série no colégio das freiras, era puxado e valeu a pena, na segunda série, eu aprendi tudo, as tabuadas. Daí então aquilo, foi pra vida, nunca mais esqueci.

F – Não tinha aquela coisa que tem hoje de tabuada na parede?

J – Não, e eu estou com 70 anos e eu nunca esqueci e a outra coisa que eu adorava era a matéria de geografia, mas eu até pouco tempo sabia todos os países e suas capitais e agora parece que andou mudando, tem lugar novo.

F – Ah, isso muda.

J – Então eu sabia até pouco tempo tudo, de tanto que eu adorava geografia.

F – Mas é que parecia que eles aproveitavam mais, não é?

J – Agora a gente que era professora de currículo, a gente dava todas as matérias, eu dei de tudo, até religião, tudo, depois com o passar dos anos eu passei a dar aulas de religião, de educação artística, de música, de quinta a oitava também, a gente aqui pra fora era polivalente, nós ajudávamos até na merenda, fazíamos a merenda quando precisava, quando faltava alguém, atendia o pelotão de saúde, até a biblioteca, tudo era eu.

F – Mas vocês eram mais preocupados com o ensinar a tabuada e as quatro operações então?

J – O início de tudo era a tabuada e eu fui professora de segunda série, eu acho que uns seis anos “encordado” [consecutivo], então os meus alunos, a preocupação era ver a alfabetização deles, como é que estava, escrever corretamente, ler uma leitura, não digo de primeira, mas uma leitura boa, que tu gostes de escutar, observando vírgula, observando pontos, porque uma leitura que uma pessoa vai ler, embora leia mal, ler correndo e emendando tudo, não tem graça.

F – Não dá uma concordância...

J – É, e saber escrever já as frases tudo bem, formula uma pequena redação, com frase, sobre um assunto, que eu dava, por exemplo: meu gatinho de estimação, o bichinho que eles mais adoram, a daí eles adoram desenvolvem.

F – É porque hoje em dia na segunda série eles não sabem mais isso...

J – Então, matemática era a tabuada, e exigia “ – amanhã todo mundo vai estudar a tabuada do 2, todo mundo tem que saber a tabuada do 2, de cor e salteado – aí nós já liamos umas quantas vezes na sala de aula, passava a “tabuadinha presa” todo mundo copiava e eu ia olhar, revisar para ver se não tinham copiado errado.

F – Era muita repetição, tinham que repetir várias vezes, não é?

J – É isso aí, eu lia várias vezes com eles, chamava algum... Assim salteado, não todos porque as turmas eram numerosas, antigamente aqui em Santa Inês, as vezes eu tinha 42 alunos numa sala de aula, por causa que faltava professores eu tinha que pegar duas turmas então dava uns 42 alunos e ficava cheia até a porta, não dava para fechar a porta.

F – Foi dado aula no clube [salão onde eram realizadas as festas da comunidade]?

J – No clube foi dado aula no salão de festas, da igreja, ali eu cansei de dar aula também. Então a minha exigência principal era a tabuada, na primeira série eles não aprendem, aprendem a conhecer os números montar pequenas continhas de soma e diminuição, daí na segunda série já abrangia a multiplicação, e mais para não sei que mês lá, tinha a divisão, com pequenos números, um número só no divisor, mas se uma criança não dominar uma tabuada daí ela vai se arrastar, eu ensinava a maneira de contar, por exemplo,  $3 \times 9$ , não,  $9 \times 3$  daí tinha que somar, botar três, três, três..., 9 vezes o três, a soma era o  $9 \times 3$ .

F – Mas era usada mais o que, o quadro mesmo, ou a senhora usava algum objeto, uma coisa mais concreta?

J – É, os materiais didáticos, sempre teve, quadradinhos com números com sinais...

F – A senhora produzia esses materiais?

J – Nós fazíamos! Nós fazíamos tudo, nós aprendemos a fazer, nós estudamos, material didático tinha que tá sempre [junto das estagiárias], e as estagiárias tinham que acompanhar sempre. Era o principal do magistério, era o material didático, cartazes, quadrados, esferas até com madeira a gente mandava fazer sabe, tudo, eram vários materiais didáticos, é o que incentiva o aluno, ele está enxergando, ele está gravando o professor tá explicando e a criança tá observando, então aquilo tudo ajuda a gravar melhor né.

F – E frações a senhora chegou a ensinar?

J – A frações, dividia uma fruta pra eles, ensinava... Tu vai pegar uma dividia em quatro partes, um terço pra ti, dois terços pro outro.

F – É as vezes se faziam até bolo...

J – É bolo, a gente fazia de tudo pra ser uma coisa concreta sabe, é eu adorava essa parte, mas eu era especializada em segunda série e depois resolveram me trocar. Daí um ano me passaram a segunda, daí no outro ano eu ia pra terceira acompanhando os mesmos alunos, daí depois pra quarta e na quinta então tinha uma professora mais idosa no colégio que ela gostava só da quinta série, dos alunos maiores, a professora Edite. Mas um ano eu dei aula pra quinta série...

F – Mas e naquela época vocês preparavam pro exame de admissão ou não tinha mais?

J – Não, aquele exame de admissão não tinha, tinha o exame final, de conclusão de primeiro grau, que era só de primeira a quinta.

F – Mas a senhora chegou a fazer para entrar no Normal Rural?

J – Esse exame de admissão? Mas tu sabes que eu nem lembro, mas certamente fiz, naquela época tinha e geralmente as provas eram com banca assistida, da madre diretora, a madre principal, a irmã diretora, o professor responsável e ali ia indo, orientadora e, era uma banca completa e tu ali com jurados, e as matérias como história e geografia, era uma dissertação, tinha várias perguntas ainda e eu não gostava de história por causa das datas a gente criava uma pequena confusão as vezes na ideia tinha até medo de falar.

F – Ah sim, são tantas datas... Então o que mais se esperava que eles soubessem para terminar o ano era a tabuada? Esse era o principal?

J – Esse era o principal. Tem alunos, que a gente escuta, pedalando em matemática na faculdade porque tu não pode dizer: “Não, não queremos mais decoreba” essas coisas de decoração não tem coisa melhor que tu aprender uma coisa, tu ler umas várias vezes e fixar aquela matéria, aquele conteúdo tu não vai esquecer mais. E pra matemática... a base, a base Fernando, era a tabuada, tu estudaste aqui, acho que estudou.

F – Eu também, eu também. Eu era aluno da Ivoninha.

J – Tu aprendeste, tu decoraste né, decorou a tabuada e tu leva para o resto da tua vida, eu nunca mais esqueci!

F – Mas a vó em casa me tomava, o vô me tomava a tabuada...

J – Assim eu fazia com os meus alunos na segunda série, eu tomava depois a tabuada do sete, do oito e do nove, a gente deixava para fixar melhor depois então na terceira, mas eu aprendi todos quando eu estudei a segunda, porque tu estás perdido aprende muito mais.

F – E era tudo salteado, eu me lembro que a vó ficava me perguntando.

J – Isso, tinha que saber, tu tens que saber salteado porque na hora de fazer a conta não vai vim:  $1 \times 2$ ,  $2 \times 2$ ,  $3 \times 2$ ... é salteado, então tu sabendo...

F – Porque as vezes acaba decorando muito a sequência, não é?

J – É, aprende bem primeiro assim, depois salteado. Isso é mais importante.

F – E seus alunos, como eles eram? Bem comportados? Eram tinosos?

J – A maioria, a maioria... Eu não tive problema porque eu sempre exige ordem e disciplina, desde o início, então eles já me conheciam. Eu brincava no recreio com eles, eu pulava corda com os meus alunos, eu brincava de roda, tudo assim sabe, incentivava eles, então eles eram

apegados a mim... Ainda mais pequenos, adoram andar ao redor da professora, e meu deus do céu ainda mais quando a gente brinca com as crianças, eles adoravam... mas na aula, eu exigia disciplina, falar baixinho, levantar a mão para falar, porque todo mundo: “Professora, professora!” todo mundo gritando, então tu fica doida lá na frente e não sabe quem tu vai atender primeiro. Então, ensinava a levantar a mão... mas tinha os medonhos, tinha que ser firme e conversar mais e tinha que as vezes até chamar os pais...

F – E esses mais medonhos eles eram bons em matemática? Como é que eles eram? Como eles se saíam?

J – Os mais arteiros não eram muito bons não, eles não estudavam... Eles se preocupavam muito com a folia com a brincadeira...

F – E esses problemas assim, o que a senhora fazia com aqueles que não aprendiam bem a alfabetização e que não aprendiam bem a matemática? A senhora usava o que? Tentava forçar mais em específico no aluno?

J – Ah, eu explicava de alguma maneira, sempre chamando... [a atenção] eu tenho uma amiga agora, foi minha aluna na segunda série, ela tá com 52 anos e eles vem, até domingo ela estava aí, a Neuza! Ela não sabia matemática, ela não sabia armar as continhas, não sabia que lado começar para fazer uma soma, não sabia como sobrava quando a soma, por exemplo,  $5 + 5 = 10$ , onde é que ela iria “enfiar” o número 1, não sabia... Tudo assim sabe e daí eles moravam perto ali e eu disse vem aqui uma tarde que estou em casa de tardinha, que eu vou te ensinar, mas ela aprendeu assim que até hoje ela me agradece.

F – Aham, mas e junto com os alunos ela não conseguia acompanhar?

J – Não, e eu não me lembro de quem é que estava dando aula pra ela aquela vez pra essa turma, porque ela estava na segunda série e aquele ano não era eu, eu estava dando aula pro terceiro e depois nós começamos [suponha-se que ela tenha repetido o ano].

M – Não era a Dona Edite?

J – Não, a Dona Edite sempre só queria dar pra quinta série... e até hoje ela me agradece criatura, e vem e me traz um presente pra professora e diz que, se não fosse eu, ela não teria aprendido, agora ela fez até faculdade, ela trabalha no escritório do hospital lá em São Borja e sempre me agradece, mas a explicação que eu dei em casa só pra ela e assim eu fazia com todos os alunos, que estavam com dificuldade porque explicando no quadro eles se distraem com qualquer coisa, porque se um derruba alguma coisa já tão lá cuidando...

F – Cuidam tudo, abrem uma bala...

J – Criança é assim, querem cuidar tudo ao mesmo tempo, então com a matemática é mais complicado tem que tá prestando bem atenção, então aqueles que ficavam ainda com dificuldade, notava que erravam mais, daí eu chamava na minha mesa, vem aqui vou te explicar, somente pra ele ali, só pra ele, daí aprendiam... não tinha problemas, graças a Deus, todos são gratos e me agradecem, eu vejo meus alunos aí de cabelo branco, com barba branca que eu não conheço mais, naquele tempo eram magrinhos, agora são uns homens feitos, gordos... Oi professora, me conhece? Eu digo, oi tudo bom, mas com quem que eu estou falando? Não se lembra do seu aluno? Eu digo: olha, passou tantos anos, tantos alunos que eu, naquela idade... e me agradecem! Professora, mas muito obrigado por tudo o que a senhora me ensinou, como me comportar num ambiente social, na rua, tudo. Muito obrigado pois, se hoje eu sou educado, eu devo a senhora, bem assim guri, aquilo é gratificante sabe...

F – sim, porque além de ensinar o conteúdo se ensinavam tudo?

J – Sim, se ensinavam boas maneiras, modo de como tratar o colega, pedir com licença, obrigado, por favor, porque as crianças nunca ouviram, porque isso não aprendiam em casa, os pais lidavam na lavoura não tinham tempo para ensinar, tratavam vaca, tiravam leite, não tinham tempo de ensinar boas maneiras e eu ensinava no colégio.

F – E nas aulas, a senhora mandava eles no quadro, fazia trabalho em grupo...

J – Mandava! Fazia sim, isso é muito importante e a criança adora ir pro quadro, por causa do giz, adora ir por quadro, adora fazer continha, escrever número, resultado da tabuada, dividia a turma assim em grupo, fazer debatazinhos, para ver qual é que era o lado que ia vencer, faziam mais perguntas e eles tinham que pôr o resultado no quadro, eles gostam, então cada vez mais eles estudavam mais para ganhar, a criança em si é competitiva.

F – E as suas provas assim eram bem difíceis?

J – Não... de dificuldade talvez uma ou duas questões um pouquinho mais difíceis geralmente, que daí eles tinham que pensar mais, mas era do nível deles, do currículo, do nível da série, não podia passar disso!

F – A senhora dava bastante probleminha pra eles?

J – Dava.

F – Envolvendo as quatro operações?

J – Levezinhos, problemas diversos envolvendo as quatro operações, mas num problema, por exemplo, de segunda série era uma continha só, e daí conforme a série aí podia até envolver duas continhas no mesmo problema, senão não era muito difícil pra eles...

F – Era mais pra quarta série?

J – É, pro nível deles já.

F – Então tá, era mais isso o que eu queria perguntar pra senhora, um pouquinho da história. Tem alguma lembrança assim de algum aluno, além desse que a senhora teve que ensinar aqui, da Neusa, teve algum que a senhora lembre?

J – Mas isso teve vários alunos, vários alunos que eu pegava assim..

F – Além da sala de aula?

J – É, além da sala de aula. Vários alunos, a gente fica com dó das crianças, e daí eu pegava eles, embora eu tinha todo meu serviço de casa, tinha os filhos todos pequenos.

F – E tinha muita reprovação naquela época?

J – Olha, aqueles anos tinha bastante reprovação, bastante reprovação em todo o colégio, mas nas turmas, nas séries assim em si, dos meus alunos de segunda série nenhum nunca foram reprovados, não teve reprovação. Agora, depois maior já, na quarta série, quinta série já até quatro alunos rodavam, mas eram sempre grandes numerosas, não conseguia tudo, depois dos anos já veio fazer, dar aulas de reforço para não deixar rodar, então era raro rodar uma criança.

F – É, então é isso.

J – É, era muito bom.

## 8.4 – ENTREVISTA COM O EX-PROFESSOR DA ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS PROFESSOR VIDALÊNCIO CAMARGO

V – VIDALÊNCIO

R – RICARDO

R – Que ano o senhor entrou no primário?

V – Que eu ingressei? Estudando?

R – É no ensino primário?

V – Eu não tive...

R – Não teve ensino primário?

V – Naquele lugar não tinha colégio, em Porto Xavier não. Eu aprendi com a minha mãe com o meu pai e casa, só depois quando eu vim para cá, para São Luiz Gonzaga, em 1939, foi a primeira vez que eu entrei num colégio, no Senador Pinheiro aqui [Grupo Escolar] e, lá me fizeram umas perguntas, [inaudível]. Só sabia o que o pai e mãe me ensinavam, essas coisas de colégio ou classe não tinha nada, ensinavam em casa, não tinha folga então ensinavam a ler e escrever, isso eu aprendi. Com esse que eu aprendi eu fiz o exame do Senador Pinheiro, aqui eu entrei na terceira série, terceiro ano do primário, aí que eu comecei a minha vida escola, em 1927 eu nasci, em 1939 eu entrei pela primeira vez em colégio oficial.

R – Entrou adiantado então na terceira série?

V – Já entrei no terceiro ano porque a mesa fez um exame, eu sabia ler e escrever e aquela coisa toda, até então nunca tinham estado em colégio, então eles me fizeram uma prova e me colocaram no terceiro ano do primário. Naquela época terminava o primário no sexto ano e daí o ano que eu terminei o primário aqui eu fui morar em Caibaté com meus pais.

R – E a Escola Pinheiro Machado era um Grupo Escolar ou uma Escola Isolada? Que tipo de escola ela era?

V – Ali era um Grupo, até hoje é um Colégio grande, tinham professores famosos, um dos melhores colégios que existiam na região, porque ali em Caibaté e Santa Inês não existia nem a vila, nem o povoado (risos) depois e que veio esse senhor, os Halmenshlager, muito religioso ele e a família, e mais outros que começaram a colonização, acho eu que quando eu fui lá já existia Santa Inês [sim, já existia].

R – Quando o senhor estudava no ensino primário, o que se aprendia de matemática?

V – Aprendi as quatro operações, frações, divisão, multiplicação, soma. Não me lembro mais tanto das coisas, porque depois eu lecionava a mesma coisa quando eu era professor em Santa Inês e em outras partes.

R – Em Matemática o senhor aprendia as contas então?

V – Sim, multiplicar, dividir, as frações, os decimais...

R – E seu professor utilizava material para apoiar a aprendizagem de matemática?

V – Olha o que tinha na época, tem até hoje nos Colégios do interior e hoje tem mais, tem aparelhos que é pra auxiliar, mas naquele tempo não tinha nada o que tinha era só o que a gente improvisava de uma maneira que pudesse chamar mais a atenção da criança e que pudesse atender melhor com mais facilidade. Mas não tinham castigos brutos, nem nada, comigo não tinha nada sabe. Se tinha que repreender um aluno a gente repreendia, mas nunca... Daí que Santa Inês tem uma amizade comigo, quase todas as festas de Santa Inês eu estou lá.

R – E após sua formação no primário, qual foi o primeiro passo dado para se tornar professor?

V – Foi me formar. Quando eu tive o canudo na mão eu pedi, já lá no próprio colégio antes de formatura e de receber o diploma nós já encaminhamos os pedidos e o diretor do Colégio La Salle, não sei... Ele entrou em entendimento com as autoridades do estado, nós encaminhamos pedidos de aproveitamento lá dentro da própria escola onde nos formamos. Então eu fiz o

requerimento e tinha que indicar onde eu queria trabalhar não conhecia nada, só São Luiz e Santa Inês que depois de casado eu fui morar. Mas então tinha que botar três unidades, dentro do RS e eu pedi pra Toropi, parte do município de Tupaciritã, no meio de uma serraria lá, e lá comecei minha vida e casei lá, daí voltei pra São Luiz, porque a pai e mãe estavam sozinhos e andavam até chorando. Então eu voltei por causa deles, porque eu estava muito bem lá, melhor do que eu imaginava, no início da minha carreira como professor, depois de formado, aí de São Luiz eu fui pra Bossoroca, mas e lá eu tinha filhinha pequena, não tinha onde comprar um quilo de açúcar e daí que eu resolvi ir pra Colônia, o professor que estava lá era o Arthur Knorst, estudamos juntos na mesma Escola Normal.

R – E por que o senhor escolheu lecionar?

V – Porque das opções que existiam o que eu podia fazer? Aleijado, [perdeu a perna em um acidente e tinha uma prótese] antes disso aí eu era um líder de futebol, sempre tive uma projeção pessoal, como pessoa, com aluno, como menino, como estudante, sempre tive muito destaque. Tanto destaque que eu fui parar em Santa Inês, mas já estava casado, já com filhos e deixei uma coisa boa por lá também.

R – E o senhor gostava de matemática?

V – Matemática só do primário, o que é do primário não tem problema, mas eu lecionei muito pouco, me tiraram para outras coisas. Mas o que eu aprendi? Tudo o que tu aprendeste e mais um pouco. Agora eu não sei como é que tá a matemática, se tá melhor ou pior, acredito que na minha época era melhor. Eu saí do magistério a mais de 20 anos, me aposentei como professor e tudo, lecionei na Escola Agrícola aqui (não é a Escola Rural de Santa Inês), muito além do que o meu curso tinha, porque o meu curso eram 4 anos de manhã e de tarde, não era só 3, 4 horas como é hoje aí não, era o dia inteiro e estudava e tinha de noite aula de estudos, então era bem diferente o colégio de antes e os colégios de hoje, não digo que o de antes... mas eram mais sólidos, hoje a criançada tem mais recurso pra aprender, antes o professor tinha que se virar e achar meios de fazer as crianças entenderem o que era preciso. Hoje existem fatores que auxiliam isso mas naquele tempo nós não tínhamos e, acho, não sei, que os que me conheceram que foram meus alunos lá em Santa Inês ou qualquer outra parte me querem bem. Se eu for lá em Toropi me botam no colo e saem comigo.

R – E quando que o senhor se formou?

V – Puxa... tenho 87 anos, eu fui da segunda turma de formandos de Cerro Largo.

R – Começou a lecionar quando? Logo depois de se formar?

V – Me formei e já saí lecionar.

R – E na Escola Rural de Santa Inês quando que o senhor começou a lecionar?

V – Só olhando o livro...

R – Para quais turmas o senhor geralmente dava aula?

V – Geralmente quarto e quinto ano. Eu era sempre diretor da escola, faltava alguém entrava eu.

R – Como eram as suas turmas? Numerosas? Comportadas?

V – O colégio era cheio, tinha gente de toda a parte. Bom, estou com 87 anos e tenho muita falta de memória. Mas era normal... Criança era criança, pra mim. Eu não tenho queixa alguma, pra mim tudo era maravilhoso.

R – O que o senhor ensinou de matemática?

V – Ensinei as quatro operações e raciocínios também. Uma das coisas principais também era fazer o aluno sentir a necessidade de procurar, de sentir o além o que está acima da gente.

R – Então era mais voltado para as quatro operações?

V – Sim, isso era sagrado. Até hoje. Não pode tirar isso aí, se não derruba, cai toda a casa. É a escada que a gente subia.

R – O senhor dava aula para quarto e quinto ano?

V – Eu dava aula pra onde precisassem. Eu sempre dava aula para crianças mais velhas, mais pesadas.

R – E o senhor não usava nenhum material que apoiasse a aprendizagem?

V – O normal.

R – E o senhor usava livros?

V – Só de leitura, de matemática não! A gente tirava de acordo com a necessidade [exercícios]. Mas era mesma coisa quando você estudava, só que põem a escola mais bonita (risos).

R – E o senhor sabe o que eram os Clubes Agrícolas?

V – Ajudei a fazer. Isso na comunidade era dentro do colégio que a gente fazia isso, mas já era uma coisa mais pra frente. Eu não estive muitos anos em Santa Inês.

R – E dentro desses clubes agrícolas, o que era ensinado?

V – Isso aí varia de comunidade pra comunidade, tenho umas comunidades que tem o cultivo só de disso e na outra só daquilo, era mais para procurar voltar o aluno dentro da comunidade. Eles defendiam aquela filosofia de que era preciso produzir para viver melhor.

R – E eles ensinaram alguma coisa de matemática?

V – Matemática era sagrada, matemática e português, ciências.

R – Mas e dentro desse clube agrícola?

V – Fazia o que se podia. Como dependia da reunião, por exemplo, em Porto Lucena faziam-se cursos de pedreiro. Eu ajudava a ensinar, em várias cidades também. Também existiam cursos que ensinavam as meninas a costurar roupas e fazer crochê, lavouras de cultivo disso, daquilo e se não tinha [alguém para ensinar] eu trazia alguém credenciado naquela matéria para ensinar conhecimento condizente para os alunos aprenderem alguma coisa útil. Essa foi a minha vida de 50 anos... 25 em cada cargo... eu não tive outra profissão.

R – E as suas avaliações em matemática como eram?

V – Se fazia a prova.

R – Tinha trabalho também?

V – Tinha, eram as obrigações, tinha que levar pra casa.

R – E quando o senhor parou de lecionar?

V – Na verdade, a gente nunca para. Conversando a gente tá ensinando alguma coisa, ajudando... então não tem... só tenho saudade. Tenho vontade, se eu pudesse voltar... mas com 87 anos não é brincado.

R – E uma experiência como professor que o senhor não se esquece?

V – Mas olha, a minha vida toda foi só lecionar, então não tem o que esquecer.

## 8.5 – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO – PROFESSOR JOSÉ ÁLVARO THOMAS.

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, José Álvaro Thomas, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa intitulada “Memórias de Matemática do Ensino Primário: Escola Rural de Santa Inês”, orientada por Elisabete Burigo, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário, através do telefone 33086212 ou e-mail elisabete.burigo@ufrgs.br.

Tenho ciência de que a participação nesta pesquisa de ensino não envolve nenhuma forma de incentivo financeiro, sendo a única finalidade desta participação a contribuição para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é o de investigar as propostas de ensino de aritmética nas séries iniciais que foram experimentadas nos anos 1950 e 1960.

A participação na pesquisa se dará por meio da concessão de entrevista que será gravada e transcrita. Poderei optar pela divulgação da minha participação ou pela preservação de anonimato, nas publicações decorrentes da pesquisa, podendo para tanto contatar a pesquisadora ou o bolsista Fernando Augusto Braun Peixoto, através dos telefones 33086212 ou 85678907 ou do e-mail elisabete.burigo@ufrgs.br.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida, ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o(a) pesquisador(a) responsável no telefone ou email acima indicados.

Fui ainda informado(a) de que poderei me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Porto Alegre, 16 de abril de 2014

Assinatura do(a) Entrevistado(a):

*José Álvaro Thomas*

Assinatura do bolsista:

*Fernando Peixoto*

Assinatura da Coordenadora da pesquisa:

*Burigo*

## 8.6 – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO – PROFESSORA HELENA DOS SANTOS PEIXOTO.

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, Helena dos Santos Peixoto, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa intitulada “Memórias de Matemática do Ensino Primário: Escola Rural de Santa Inês”, orientada por Elisabete Búrigo, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário, através do telefone 33086212 ou e-mail [elisabete.burigo@ufrgs.br](mailto:elisabete.burigo@ufrgs.br).

Tenho ciência de que a participação nesta pesquisa de ensino não envolve nenhuma forma de incentivo financeiro, sendo a única finalidade desta participação a contribuição para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é o de investigar as propostas de ensino de aritmética nas séries iniciais que foram experimentadas nos anos 1950 e 1960.

A participação na pesquisa se dará por meio da concessão de entrevista que será gravada e transcrita. Poderei optar pela divulgação da minha participação ou pela preservação de anonimato, nas publicações decorrentes da pesquisa, podendo para tanto contatar a pesquisadora ou o bolsista Fernando Augusto Braun Peixoto, através dos telefones 33086212 ou 85678907 ou do e-mail [elisabete.burigo@ufrgs.br](mailto:elisabete.burigo@ufrgs.br).

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida, ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o(a) pesquisador(a) responsável no telefone ou email acima indicados.

Fui ainda informado(a) de que poderei me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Porto Alegre, 16 de abril de 2014

*Helena Peixoto*

Assinatura do(a) Entrevistado(a):

Assinatura do bolsista: *Fernando Peixoto*

Assinatura da Coordenadora da pesquisa: *Elisabete Búrigo*

## 8.7 – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO – PROFESSOR VIDALÊNIO CAMARGO.

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, Vidalênio Camargo, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa intitulada “Memórias de Matemática do Ensino Primário: Escola Rural de Santa Inês”, orientada por Elisabete Búriço, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário, através do telefone 33086212 ou e-mail elisabete.burigo@ufrgs.br.

Tenho ciência de que a participação nesta pesquisa de ensino não envolve nenhuma forma de incentivo financeiro, sendo a única finalidade desta participação a contribuição para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é o de investigar as propostas de ensino de aritmética nas séries iniciais que foram experimentadas nos anos 1950 e 1960.

A participação na pesquisa se dará por meio da concessão de entrevista que será gravada e transcrita. Poderei optar pela divulgação da minha participação ou pela preservação de anonimato, nas publicações decorrentes da pesquisa, podendo para tanto contatar a pesquisadora ou o bolsista Fernando Augusto Braun Peixoto, através dos telefones 33086212 ou 85678907 ou do e-mail elisabete.burigo@ufrgs.br.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida, ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o(a) pesquisador(a) responsável no telefone ou email acima indicados.

Fui ainda informado(a) de que poderei me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Porto Alegre, 16 de abril de 2014

Assinatura do(a) Entrevistado(a):

Assinatura do bolsista:

Assinatura da Coordenadora da pesquisa:

*Vidalênio Camargo*

## 8.8 – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO – PROFESSORA JANDIRA VIEIRA DOS SANTOS.

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, Jandira Vieira Cardoso, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa intitulada “Memórias de Matemática do Ensino Primário: Escola Rural de Santa Inês”, orientada por Elisabete Búrigo, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário, através do telefone 33086212 ou e-mail elisabete.burigo@ufrgs.br.

Tenho ciência de que a participação nesta pesquisa de ensino não envolve nenhuma forma de incentivo financeiro, sendo a única finalidade desta participação a contribuição para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é o de investigar as propostas de ensino de aritmética nas séries iniciais que foram experimentadas nos anos 1950 e 1960.

A participação na pesquisa se dará por meio da concessão de entrevista que será gravada e transcrita. Poderei optar pela divulgação da minha participação ou pela preservação de anonimato, nas publicações decorrentes da pesquisa, podendo para tanto contatar a pesquisadora ou o bolsista Fernando Augusto Braun Peixoto, através dos telefones 33086212 ou 85678907 ou do e-mail elisabete.burigo@ufrgs.br.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida, ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o(a) pesquisador(a) responsável no telefone ou email acima indicados.

Fui ainda informado(a) de que poderei me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Porto Alegre, 16 de abril de 2014

Assinatura do(a) Entrevistado(a): Jandira

Assinatura do bolsista: Fernando Peixoto

Assinatura da Coordenadora da pesquisa: Elisabete

**8.9 – DECRETO Nº 8020, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1939.**

Aprova o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 7.º, incisos I e IV do Decreto nº 1202 de 8 de abril de 1939.

CONSIDERANDO a necessidade de imprimir orientação uniforme ao trabalho educativo nas escolas primárias do estado, através da prefixação dos objetivos a atingir e da previsão dos meios adequados a realizá-los;

CONSIDERANDO que os modernos estudos sobre a criança e as exigências da vida social, criadas pela civilização em nossos dias, impõem a revisão do programa escolar, em seu conteúdo e nas linhas coordenadoras dos assuntos;

CONSIDERANDO que para a adequação da escola às exigências e aspirações do meio de que recebe o aluno, é forçoso dar flexibilidade ao plano de trabalho escolar no qual, respeitado o substratum comum, se possam atender às peculiaridades regionais;

CONSIDERANDO ainda, a impossibilidade de delimitação e graduação, em definitivo, desse mínimo indispensável à vida atual, à míngua de investigações psicológicas e sociais realizadas em nosso meio.

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam aprovados os programas mínimos de Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Estudos Naturais, Desenho, Artes Aplicadas e Música, que com este baixam, e que serão adotados nas escolas primárias do Estado.

Art. 2º - Os programas em referência terão caráter experimental, ficando, portanto, sujeito a revisões periódicas afim de receberem as emendas determinadas pelos resultados de pesquisas, inquéritos e observações relativas às exigências do meio e aos interesses e possibilidades reais de aprendizagem de nossos escolares.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 29 de dezembro de 1939.

(ass.) **O. Cordeiro de Farias**  
Interventor Federal

(ass.) **J. P. Coleho de Souza**  
Secretário da Educação e Cultura.

---

**PROGRAMA DE MATEMÁTICA****Objetivos gerais da matéria:**

- d) Prover a criança de conhecimentos e habilidades que lhe permitam usar a Matemática, como instrumento, na resolução de situações da vida que envolvam as questões de quantidade, número, forma, extensão e posição.

- e) Desenvolver certas capacidades específicas que asseguram maior eficiência a esse instrumento; exatidão e rapidez nos cálculos, aplicação do pensamento à análise de problemas da vida diária, presteza na escolha do processo mais econômico, verificação dos resultados, apreensão pronta das relações entre os dados das questões, etc.
- f) Formar atitudes favoráveis à matéria e provocar concomitantes desejáveis, como melhoria do raciocínio, iniciativa, solidariedade, economia, etc.

## PRIMEIRO ANO

### Objetivos específicos:

- a) Revisar e ampliar os conhecimentos de ordem matemática que a criança possui ao ingressar na escola, levando-a a interpretá-los e utilizá-los na vida infantil.
- b) Proporcionar-lhe, em ação direta e pessoal sobre as coisas, o material concreto e vivido que servirá de base às abstrações matemáticas.
- c) Iniciá-las na técnica das operações fundamentais e na resolução de problemas.

### Mínimo Essencial:

Noção de unidade e de coleção.

Noção dos números de 1 a 10 e conhecimento de todas as relações desses números entre si. Representação desses números. Noção de ordem numérica.

Noção de zero.

Contagem em ordem crescente e decrescente, seguidamente, por dezenas completas, por grupos de unidades, 2, 5, etc., no limite de 100.

Experiências para integração do conceito dos números contidos no limite.

Noção de dezena (grupo de dez), noção de centena (grupo de cem), equivalência de dezenas completas em unidades. Formação de números com dezenas e unidades.

Noção de dúzia, meia dúzia, par e ímpar.

Numeração romana até XII. Leitura das horas.

Adição e subtração, sem reservas e sem empréstimos, utilizando números até 100 (indicação em colunas).

Interpretação e uso dos sinais +, -, =.

Compreensão e uso inteligente do vocabulário apropriado às noções adquiridas (parcelas, total, resto, somar com, subtrair de).

Noção de metade. Metade de objeto e metade de coleção. Metade de dúzia e de dezena.

Dobro.

Moedas. Reconhecimento de moedas até Cr\$ 1,00. Prática de trocos nesse limite. Equivalência das moedas de Cr\$ 0,20, Cr\$ 0,40 e Cr\$ 0,50 em centavos. Emprego dos termos: custo, troco, compra e venda.

Noções de forma – Esfera e cubo. Reconhecimento dessas formas em objetos usuais.

Noções de tamanho (maior, menor, pequeno, grande, alto, baixo); noção de distância (perto, longe); noção de posição (em baixo, em cima, à direita, etc.); noção de ordem numérica (primeiro, segundo, etc.). Problemas orais e escritos, tomados de assuntos de experiência da criança, no ambiente que a rodeia.

### Normativa:

A aquisição dos conceitos fundamentais por que se vai processar a iniciação matemática das crianças, deverá ser preparada em experiências, apresentadas em situação total: jogos, dramatizações, construções, trabalhos manuais, exercícios físicos.

Nessa fase da aprendizagem, a objetivação, por meio de material variado; bolinhas, grãos, cartões, moedas de brinquedo, etc.; as imagens numéricas – representação de objetos acompanhados de número que lhes corresponde; repetições rítmicas - contagem de 1 em 1, de 2 em 2, etc. com ou sem objeções; contagem acompanhados de canto, recitação, bater de palmas, badalas, marchas, contagem por meio de tabelas completas ou incompletas, constituem apoio indispensável ao estabelecimento correto de relações numéricas.

A significação funcional do ensino de Matemática, na escola primária, aconselha a ser a ordem de desenvolvimento do programa, respeitando a gradação e sistematização que impõe a natureza da matéria, determinada pelas oportunidades que ocorrerem nas atividades da classe, isto é, em íntimo relacionamento com as demais disciplinas do currículo. Para provocar, em todas as circunstâncias, a atividade integrada dos alunos, diligenciará o mestre introduzir as práticas indispensáveis a um seguro domínio das coordenações aritméticas fundamentais, suficientemente motivadas. Servem-lhe nesse propósito os jogos aritméticos por si mesmos, os problemas reais surgidos na própria vida da criança, historietas, dramatizações de compra e venda, em suma todas as situações que põem em jogo os interesses naturais da criança.

Em experiências de revisão, propostos de tempos em tempos, auxiliarão a descobrir as dificuldades ainda não dominadas pelo aluno, orientando o professor na distribuição e frequência das repetições.

## SEGUNDO ANO PRIMÁRIO

### **Objetivos específicos:**

- a) Rever e ampliar os conhecimentos adquiridos no grau precedente.
- b) Conduzir a criança, gradativamente, à abstração do conceito de número.
- c) Levá-la a reagir com crescente exatidão e rapidez às combinações numéricas fundamentais.
- d) Procurar estabelecer uma pronta coordenação entre os processos adquiridos e as situações que a criança vive (realmente ou em imaginação).

### **Mínimo Essencial:**

Numeração até 10.000. Leitura e escrita, composição e decomposição de números até esse limite.

Contagem por dezenas, centenas, por grupo de dezenas, etc., em ordem crescente e decrescente.

Numeração romana até XII. Leitura das horas e minutos. Leitura das meias horas e quartos de hora.

Noção de milhar.

Mecanização das tábuas de adição e subtração.

Adição com reservas subtração com empréstimos, utilizando números compreendidos no limite de 10.000. Nomenclatura relativa a essas duas operações. Casos especiais de subtração com zeros no minuendo. Prova real da adição e subtração.

Adição de colunas de números simples iguais. – Contagem por grupos. Noção de multiplicação. Nomenclaturas relativas a multiplicação (fatores, multiplicando, multiplicador, produto). Tábua da multiplicação.

Multiplicação de um número simples por um composto. (Exercícios em colunas).

Casos especiais de multiplicação: multiplicação por 10, 100, 1000; multiplicação de números terminados em zeros.

Noção de divisão: Uso do sinal (:) e da chave: Nomenclatura relativa à divisão. Divisões com divisor simples e dividendo até 100. Divisão inexata. Noção de resto. Verificação prática de que o dividendo é igual ao produto do divisor pelo quociente mais o resto. Divisão de números terminados em zeros por 10, 100 e 1000.

Noção de meios, terços, quartos, etc., de objetos, coleções, números.

Leitura e escrita de quantias até Cr\$ 10,00. Conhecimento de moedas e cédulas até esse limite. Prática de trocos. Equivalências. Noção de medida. Avaliação de comprimentos, larguras, alturas, por meio de padrões pessoais: palmo, polegada, pé etc.

Medição de líquidos e pesagens, usando medidas naturais: saquinhos de terra, pedras, colheres, chúcaras, garrafas, garrafas, punhado, etc. Prática de medida com litro, metro e quilo; meio litro, meio metro e meio quilo. Equivalência do metro, litro e quilo, respectivamente em meios metros, meios litros e meios quilos.

Estudo da esfera, cubo e cilindro. Reconhecimento dessas formas em objetos usuais.

Problemas práticos, contos aritméticos, problemas de situação real. Problemas incompletos, problemas formulados pelos próprios alunos.

### **Normativa:**

O estudo da Matemática prosseguirá em íntima conexão com as outras matérias do programa e obedecendo à mesma orientação do grau precedente. Ocupações ativas, problemas vitais e atraentes continuarão o modo normal de iniciação em casa novo processo e recursos de motivação, escolhidos de acordo com as características psicológicas da criança, introduzirão as práticas indispensáveis à automatização das combinações aritméticas. O conhecimento dos conceitos numéricos deve tornar-se, neste ano, mais preciso e completo. Em experiências sucessivas - contagens concretas, contagens rítmicas, tabelas, jogos, exercícios que levam a percepção das relações recíprocas entre os números, da analogia no agrupamento das diferentes ordens de unidade, diligenciará o mestre prover os alunos do material que lhes permita, segundo ritmo próprio de suas elaborações mentais, alcançar a abstração, isto é, pensar em números desacompanhados a objetos, mas associando-os sempre a realidade que lhes dá significação.

Prosseguindo a aprendizagem em situação real de vida, os problemas, formulados pelo professor ou pelo aluno, devem apresentar dados tomados à experiência da criança no ambiente que a rodeia: despesas com merenda, vestuário, transporte, material escolar, etc. utilizando tabelas de preços organizadas ou recolhidas pelos alunos, anúncios, etc.

## TERCEIRO ANO PRIMÁRIO

### **Objetivos Específicos:**

- a) Revisar e ampliar o conhecimento dos fatos de Matemática introduzidos nas series anteriores.
- b) Aumentar a exatidão e a velocidade na prática das operações aritméticas.
- c) Desenvolver a capacidade de resolver problemas, e formar nas crianças a compreensão de que os conhecimentos e as habilidades de ordem matemática constituem equipamento para o domínio de muitas situações de sua própria vida.

### **Mínimo essencial:**

Revisão da matéria ensinada no ano anterior.

Estudo completo da numeração: contagem, leitura e escrita de números, composição e decomposição nas diferentes ordens. Noção de algarismos e número, número simples e composto.

Numeração romana até C. Estudo dos símbolos L. e C.

Leitura e escrita de números com algarismos romanos.

Mecanização das tábuas de somar, subtrair, multiplicar e dividir.

Aplicação dos conhecimentos sobre adição na soma de grande número de parcelas.

Estudos dos casos especiais de subtração com zeros no minuendo.

Prova real da adição e subtração.

Cálculo mental envolvendo adição ou subtração de números compostos de duas ordens de unidades.

Multiplicação de números quaisquer. Terminologia peculiar à multiplicação. Casos especiais de multiplicação: a) multiplicação com zeros intercalados no multiplicador; b) multiplicação pelas potências de 10; c) idem de números terminados em zeros.

Divisão exata e divisão inexata. Divisibilidade por 2, 5 e 10.

Noção de fração com parte do inteiro. Representação das frações ordinárias.

Comparação de fração. Noção de número decimal, divisão da unidade em décimos, centésimos e milésimos. Representação escrita dessas unidades. Leitura e escrita de números decimais.

Equivalência das ordens de unidades estudadas. Movimento da vírgula.

Adição e subtração de decimais. Multiplicação e divisão de decimais pelas potências de 10.

Medidas: - Conhecimento do metro, litro e quilograma; do  $\frac{1}{2}$  metro,  $\frac{1}{2}$  litro,  $\frac{1}{2}$  quilograma, do  $\frac{1}{4}$  de metro, do  $\frac{1}{4}$  de litro, do  $\frac{1}{4}$  de quilograma. Aplicação dessas unidades em medições. Equivalência do metro em meios metros e quarto de metros; idem do litro em meios e quartos de litros, e do quilograma em meios e quartos de quilogramas Avaliação de superfícies e volumes por meio de padrões naturais: cartões, páginas de cadernos, cubos, etc.

Submúltiplos do metro e do litro. Equivalência da unidade principal nessas medidas. Representação, leitura e escrita de números que expressem fração do metro e do litro.

Soma e subtração com esses números.

Problemas (Vide 2.º Ano). Análise e interpretação oral de problemas. Análise escrita muito resumida.

Dinheiro. Conhecimento das moedas e cédulas brasileiras até Cr\$ 1.000,00. Leitura e escrita de quantias nesse limite. Prática de trocos.

Geometria – Estudo da linha reta. Suas posições (vertical, horizontal, inclinada). Noção de ângulo reto, agudo e obtuso, sem referência a grau. Posições relativas das linhas retas (linhas perpendiculares, oblíquas, paralelas, convergentes e divergentes)

Estudo do prisma (quadrangular, retangular e triangular). Faces laterais, bases, arestas e vértices. Reconhecimento do quadrado, retângulo e triângulo. Pirâmide e cone. Reconhecimento do círculo.

### **Normativa:**

A aprendizagem continuará de modo experimental e intuitivo, cingindo-se às mesmas normas de trabalho ativo, em situação real.

A capacidade de responder às combinações aritméticas, com exatidão e velocidade, se desenvolverá, mediante práticas sistematizadas (envolvendo: seleção de combinações ainda não dominadas, por meio de testes ou exercícios de revisão; repetições onde as coordenações figurem em quantidade proporcional às dificuldades que representam), apresentadas em situações capazes de provocar esforço vitalizado dos alunos; jogos coletivos e individuais (os

últimos atendem à necessidade de diferenciação da aprendizagem), dramatizações, projetos, como a feira escolar, o bazar, etc. Os efeitos do treino serão controlados pelos próprios alunos, por meio de anotações dos erros cometidos em cada revisão, e do tempo necessário para resolver todas as combinações, escolhendo-se, num e noutro caso, padrões dentro da própria classe para termo de comparação.

Gráficos de aproveitamento, individuais e coletivos, darão mais relevo e interesse a questão.

No ensino de processos complexos, como a divisão, por exemplo, que representam a organização de muitas capacidades (procura do quociente: a) divisor simples; b) divisor composto; c) divisor e quocientes compostos, etc.), deve o professor observar uma gradação, fazendo com que cada novo passo se coordene aos anteriores, já perfeitamente dominados.

Os problemas, dentro das normas de interesse e realidade, aproveitarão situações surgidas na vida do aluno ou da classe: jogos, merenda, venda e compra (utilizando tabelas, anúncios, etc. que ensejam um trabalho de raciocínio, comparação, escolha e deliberação, na busca dos dados que interessam no momento), excursões, visitas, projetos; situações arrumadas pelo professor no intuito de apresentar os fatos matemáticos apreendidos nas formas capazes de ocorrer com mais frequência na vida, sendo de conveniência levar os alunos a se identificarem com os personagens apresentados no problema.

## QUARTO ANO PRIMÁRIO

### Objetivo específico:

- a) Aperfeiçoar e ampliar os conhecimentos de matemática obtidos nos graus precedentes.
- b) Levar ao domínio de modo completo, das operações fundamentais sobre inteiros e decimais.
- c) Aumentar os conhecimentos sobre medidas, dinheiro, frações.
- d) Desenvolver a capacidade de resolver problemas, procurando estabelecer mais fácil relacionamento dos dados e melhores hábitos de execução.

### Mínimo Essencial:

Revisão do estudo feito no 3º ano.

Numeração romana. Estudo dos símbolos D, C e M e dos princípios que regem esta numeração. Leitura e escrita de números até aproximadamente dois mil.

Multiplicação: conhecimentos dos produtos por 11 e 12.

Processo abreviado da multiplicação por 11.

Múltiplos e divisores. Múltiplo comum. Mínimo múltiplo comum. Divisor comum.

Maior divisor comum.

Divisibilidade por 2, 3, 5, 9, 11, 10, 100, 1000, etc.

Prova dos nove das quatro operações.

Números primos entre si.

Fração própria e imprópria. Número misto. Leitura e escrita dessas frações. Comparação, ordenação de frações. Extração de inteiros. Representação de inteiros sob a forma fração. Redução de frações a um determinado denominador. Idem ao mesmo denominador. (Processo geral e do múltiplo comum). Simplificação de frações homogêneas e heterogêneas.

Idem de inteiro, fração e número misto.

Fração decimal. Multiplicação de decimais. Casos especiais. Divisão de decimais, sem distinção de casos.

Divisão de decimais por 10, 100, 1000, etc.

Sistema métrico: metro, seus múltiplos e submúltiplos. Gramo e litro; seus múltiplos e submúltiplos. Abreviatura: equivalências. Leitura e escrita de frações dessas unidades.

Noção de superfície e de área. Metro quadrado; seus múltiplos. Relação entre o comprimento e a largura. Abreviatura, leitura, escrita das unidades de superfície. Equivalência e conversões.

Geometria. Noção de quadrilátero e triângulo. Reconhecimento do quadrado, retângulo, paralelogramo, losango e trapézio. Triângulo quanto aos lados; triângulo retângulo. Área do quadrado, do retângulo, do triângulo. Diagonais.

Noção de perímetro. Determinação prática do perímetro de superfícies regulares e irregulares. Cálculo do perímetro de triângulos e quadriláteros. Cálculo do lado sendo dado o perímetro.

Noção de escala. Aplicação a representação de dimensões que podem ser medidas pelas crianças.

Problemas. Interpretação. Análise oral e escrita mais pormenorizada.

Cálculo mental, envolvendo adição e subtração com números de três ordens de unidades.

### **Normativa:**

Os materiais acumulados nas experiências anteriores das crianças e a sua maior capacidade de abstração, permitem, nesta classe, mais larga utilização do raciocínio matemático. As deficiências, regras e princípios devem ser inferidos pelos próprios alunos cabendo ao mesmo dispor convenientemente a situações. Isto é, apresentar os fatos na ordem que importa. Sejam observados para que o raciocínio se desenvolva de modo correto. Não é necessário que os alunos formulem de vez uma regra generalizada ou uma definição completa, visto como a aprendizagem gradual é, frequentemente, mais operante na formação progressiva de uma capacidade.

Os processos e os casos novos serão apresentados, tanto quanto possível, concretamente, passando à abstração, quando perfeitamente assimilado.

Quer no estudo da matéria nova, quer na repetição de fatos e processos adquiridos anteriormente, devem ser maiores as exigências relativas a precisão de ideias e da linguagem: termos técnicos, introduzidos em oportuna associação com os fatos que lhes dão sentido, substituirão as expressões, pouco precisas das crianças; a explicação de processos evitará a prática automática dos mesmos. Na mesma ordem de ideias, é necessário que o aluno se habitue, na análise dos problemas, a traduzir o seu pensamento com clareza, ordem e asseio, não sendo desejável, porém, que sacrifique a esses requisitos a qualidade mais essencial de resposta correta e rápida exigindo por exemplo, que o aluno indique todos os cálculos, mesmo os que realiza mentalmente, ou que aplique a análise sistemática a todos os problemas).

Continuando com a mesma orientação dos anos anteriores o ensino da matemática se fará concatenado as demais disciplinas, conservando o cunho de realidade e de atividade integrada.

## QUINTO ANO PRIMÁRIO

### **Objetivo específico:**

- a) Completar o estudo sobre frações e sistema métrico.
- b) Familiarizar com as instituições econômicas do meio e transações financeiras mais comuns: depósitos, cheques, saques, empréstimos, recibos, ordens de pagamentos, etc.

- c) Desenvolver a capacidade de atacar sistematicamente e resolver, aplicando os conhecimentos matemáticos adquiridos, problemas da vida comum.

### **Mínimo Essencial:**

Revisão do estudo feito nas séries anteriores.

Noção de potência. Nomenclatura peculiar à potenciação: potência, base, expoente, grau, nome particular da segunda e da terceira potência. Elevação de números a uma determinada potência. Maneira prática de elevar às potências de 10 ou a número formado de algarismos significativos seguido de zeros.

Noção de raiz. Avaliação da raiz quadrada por meio de processo prático (número até 1000).

Frações: multiplicação e divisão de frações ordinárias.

Conversão de fração decimal em ordinária e vice-versa.

Noção de fração periódica. Geratriz. Periódica simples e composta. Casos em que a fração aumenta ou diminui.

Sistema métrico. Medidas agrárias: aro, seus múltiplos e submúltiplos. Unidade usadas. Correspondência em medidas de superfície.

Volume: metro cúbico, seus múltiplos e submúltiplos.

Correspondência em medidas de capacidade e de peso.

Noção de densidade.

Noção de tonelada métrica e quintal métrico. Associação dessas medidas à avaliação de grandes pesos, como ferro, carvão de pedra, etc.

Noção de légua e milha. Associação à avaliação de grandes distâncias.

Geometria. Reconhecimento do paralelogramo, losango e trapézio. Propriedade das diagonais. Áreas e perímetro do retângulo, quadrado, paralelogramo, triângulo (em geral), losango. Classificação do triângulo quanto aos lados e quanto aos ângulos.

Estudo do círculo. Circunferência, raio, diâmetro.

Medida dos ângulos: noção de área, como medida da grandeza de um ângulo formado pelos raios. Divisão da circunferência em 360 graus. Graus do ângulo reto e da semi-circunferência. Divisão do grau em minutos e do minuto em segundos. Leitura e escrita de ângulos. Ângulos complementares e suplementares, ângulos formados em torno de um ponto. Processos práticos de traçar circunferências.

Áreas do círculo. (Demonstração prática).

Volume do cubo e do paralelepípedo.

Regra de três. Proporções. Noção de grandeza direta e inversamente proporcional. Aplicação do método das proporções à resolução de problemas de regra de três (direta e inversa) e ao cálculo dos juros.

Resolução de problemas de regra de três simples, pelo método de redução à unidade.

Porcentagem: noção de porcentagem. Representação gráfica de casos de porcentagem. Significação de “por cento”. Sinal %. Avaliação de porcentagens de números e de quantias.

Avaliação da taxa de porcentagem. Aplicação do cálculo de porcentagem a problemas sobre comissões, impostos prediais, abatimentos, lucros e perdas. Noção de redução comercial e perda real.

Escala. Conhecimento das convenções 1:10, 1:100, 1:1000.

Aplicação desses conhecimentos ao desenho de plantas simples da sala de aula, de outras dependências da escola, de jardins, etc.

Problemas sobre toda a matéria dada,

### **Normativa:**

Seguir-se-á, neste ano, a mesma orientação traçada para as classes anteriores, adaptando as diretrizes já fixadas à matéria própria da série.

Os problemas encontrarão larga motivação nas instituições comerciais, quer da própria vida real, quer figurada ou organizada na escola (cooperativa e banco escolar, merenda; projetos ou jogos: companhia de seguros, de transportes, de construção, empresas comerciais).

O aspecto utilitário do ensino da matemática exige que os conhecimentos adquiridos sejam mobilizados assiduamente, através de problemas que os apresentem nas variadas formas capazes de ocorrer com frequência na vida prática e do mesmo modo como ordinariamente se apresentam, isto é, formulados com as dificuldades que oferecem na realidade e utilizando dados reais (retirados de tabelas de preços de passagens, tarifas, fretes, etc., de relatório de empresas comerciais, anúncios, artigos de jornais e revistas, excursões, etc.).